

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**1. ÓRGÃO GERENCIADOR**

Órgão: **Prefeitura Municipal de Ponta Grossa**

CNPJ: **76.175.884/0001-87.**

Endereço: **Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda, CEP: 84.051-900. Ponta Grossa-PR Fone: (42) 3220-1000 – ramal 1126.**

Endereço eletrônico: smi@pontagrossa.pr.gov.br

SEI 007142/2026

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**2.1. Objeto**

A presente contratação tem por objeto a Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

2.2. Objetivo

Garantir a implantação de uma infraestrutura esportiva moderna e segura, que atenda às necessidades pedagógicas e de lazer da comunidade escolar, promovendo a prática de atividades físicas e o desenvolvimento social, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

2.3. Normas Técnicas e Regulamentações

A execução de todos os serviços e o fornecimento de materiais e equipamentos objeto desta contratação deverão obedecer rigorosamente a todas as normas técnicas vigentes e exigíveis editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as demais regulamentações expedidas por Órgãos Oficiais. Incluem-se, ainda, o estrito cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as resoluções e determinações dos Conselhos de entidades de classe (CONFEA, CREA, CAU e outros), as

exigências do Corpo de Bombeiros Militares do Paraná (CBM/PR) e as respectivas regulamentações municipais pertinentes. Adicionalmente, deverão ser seguidos os manuais técnicos dos fabricantes para os fornecimentos específicos. O atendimento integral a este conjunto normativo é mandatório, visando garantir a segurança, o desempenho, a qualidade e a plena operacionalidade da infraestrutura física para a plena execução do projeto.

2.4. Regime de Contratação Integrada

Sob o regime de Contratação Integrada (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXV, e art. 46), a Contratada assumirá a responsabilidade total pelo conjunto completo das obrigações técnicas e executivas, abrangendo:

1. Elaboração e compatibilização dos projetos básico e executivo de arquitetura, estrutura, topografia e, obrigatoriamente, o Projeto Elétrico e Luminotécnico completo, incluindo o Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e o dimensionamento da rede de alimentação para refletores LED, garantindo a compatibilização entre todas as disciplinas e a precisão dos quantitativos baseados no valor global de R\$ 1.105.831,06.
2. Execução integral da obra, incluindo fundação (com reparos em concreto $f_{ck} \geq 25$ MPa), estrutura metálica treliçada, cobertura em telha metálica trapezoidal, piso esportivo especializado conforme ABNT NBR 15115, instalações elétricas (LED) e sistema de drenagem pluvial.
3. Fornecimento e instalação de todos os equipamentos esportivos, compreendendo traves de futsal em aço galvanizado, conjuntos de basquete com tabelas metálicas e postes de vôlei, conforme as especificações técnicas.
4. Entrega do objeto em condições plenas de uso e operacionalidade (Turn-Key), incluindo a limpeza final, garantia de estanqueidade da cobertura e entrega do As-Built digital.

Realização de Levantamento Topográfico planialtimétrico cadastral completo da área de intervenção, sendo esta a base primária para todos os projetos. A Contratada deverá implantar os marcos de referência e gabaritos de madeira nivelados, realizando a transposição dos eixos para o terreno com equipamentos de precisão (teodolito e nível), conforme exigido no item 1 do Memorial Descritivo.

2.5. Da Modalidade e Critério de Julgamento

A presente licitação será processada na modalidade Concorrência, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

I. Critério de Julgamento

O julgamento das propostas dar-se-á pelo critério de MAIOR DESCONTO, conforme o Art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, incidindo de forma linear sobre o valor global estimado para a Contratação Integrada.

Apesar de o julgamento ser baseado no preço, a aceitabilidade da proposta está estritamente vinculada ao atendimento integral dos requisitos técnicos obrigatórios descritos neste Termo de Referência.

II. Metodologia de Avaliação

A avaliação das propostas será conduzida em conformidade com o rito da Lei Federal nº 14.133/2021, priorizando a conformidade técnica da proposta do licitante vencedor.

1. Fase de Julgamento do Preço (Classificatória):

Superada a fase técnica eliminatória, as licitantes qualificadas serão classificadas exclusivamente pelo critério de MAIOR DESCONTO aplicado de forma linear sobre o valor global estimado de R\$ 1.105.831,06.

2. Fase de Habilitação (Pós-Julgamento de Preço):

Após a classificação das propostas de preço, será verificada a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme os requisitos estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência. Nesta fase, o licitante deverá apresentar e/ou comprovar:

1. Qualificação da Equipe Chave: Comprovação de que o quadro técnico possui experiência mínima comprovada em objetos similares, mediante apresentação de Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelos conselhos de classe (CREA/CAU), especificando as atividades técnicas relevantes para o objeto da licitação.
2. Comprometimento com o Cronograma Global: O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar uma Declaração de Comprometimento com o prazo global de execução da obra estabelecido neste Termo de Referência, atestando a viabilidade de entrega total da obra dentro do período contratual. O Cronograma Físico-Financeiro Detalhado será exigido como primeira entrega contratual, após a assinatura do contrato.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 3.1. Vigência Contratual:** A vigência total do contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura.
- 3.2. Escopo do Prazo:** Este prazo global engloba a totalidade das obrigações contratuais, desde a elaboração e aprovação dos projetos (básico e executivo), a execução integral das obras e serviços de engenharia, o fornecimento e a instalação de todo o projeto, até a conclusão dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo do objeto.
- 3.3. Desdobramento em Fases:** A execução do objeto será obrigatoriamente desdobrada em fases sequenciais e metodológicas, conforme detalhado no cronograma físico-financeiro e na Matriz de

Riscos, a fim de garantir a correta compatibilização dos trabalhos técnicos e a correta aplicação do Regime de Contratação Integrada.

3.4. Distribuição do Prazo: O prazo de 170 (cento e setenta) dias corridos será distribuído nas seguintes etapas:

- I. Elaboração e aprovação de Projetos (Básico e Executivos) – 60 (Sessenta) dias.
- II. Execução Integral das Obras e Serviços (Prazo de Execução) – 100 (Cem) dias.

Procedimentos de Recebimento Provisório e Definitivo – 10 (dez) dia.

2.5. Prazo para Conclusão

Fica estabelecido que todas as etapas, incluindo a elaboração de projetos, a execução das obras e serviços e o fornecimento, bem como os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, deverão ser concluídas dentro do prazo máximo de 170 (cento e setenta) dias corridos conforme descrito neste termo de referência.

4. REQUISITOS TÉCNICOS E DE EXECUÇÃO

4.1. Responsabilidade Integral

Todos os custos relacionados à obra, incluindo instalações, mão de obra, materiais, equipamentos, transportes, tributos, taxas, licenças e regularizações, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. Serviços não explicitados nos projetos, mas que se revelem necessários ao acabamento total, funcional e à plena utilização da quadra, serão providenciados pela CONTRATADA, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.

4.2. Especificações da Quadra

A Contratada deverá seguir rigorosamente o projeto anexo, atentando-se aos seguintes pontos:

4.2.1. Estrutura e cobertura

A estrutura da quadra poliesportiva será composta por um sistema principal de sustentação e um secundário para fixação de fachadas. Os pilares e vigas principais serão executados em estrutura metálica treliçada de aço estrutural (espessura de ~2,65 mm), recebendo tratamento anticorrosivo e acabamento em esmalte sintético na cor cinza claro. A cobertura utilizará telhas metálicas trapezoidais em aço galvanizado, fixadas às terças por parafusos autobrochantes com arruelas de neoprene. A inclinação da cobertura será de 30%, assegurando o escoamento pluvial adequado.

4.2.2. Fechamentos laterais e geral

O fechamento lateral integrará dois tipos de chapas metálicas: chapas trapezoidais na cor cinza claro para proteção contra intempéries e chapas perfuradas na cor azul claro para permitir ventilação e iluminação natural. O fechamento geral contará com muros de alvenaria de blocos de concreto com 5,55 m de altura, acabamento em pintura acrílica azul claro, e uma barreira frontal em cobogó de concreto (50x50 cm) para controle visual e circulação de ar.

4.2.3. Pisos, pintura e demarcações

A demarcação seguirá as normas técnicas e regulamentos oficiais das modalidades esportivas escolares. A pintura será executada com tinta acrílica ou específica para pisos esportivos de alta resistência à abrasão, nas cores azul, verde, branco e laranja. A execução deve obedecer rigorosamente às diretrizes da ABNT NBR 15115.

4.2.4. Sistema de drenagem

A captação das águas pluviais será feita por calhas metálicas galvanizadas e condutores verticais em PVC rígido de 100 mm. O sistema inclui canaletas de concreto moldadas in loco com tampas pré-moldadas removíveis e caixas de inspeção (60x60x60 cm) para facilitar a manutenção e limpeza.

4.2.5. Equipamentos e mobiliário esportivo

- Futsal: Goles oficiais fixos em aço galvanizado branco, com dimensões de 3,00 x 2,00 m, fixados ao piso por buchas chumbadas.
- Basquete: Conjunto com braço curvo e pilar inclinado, altura do aro a 3,05 m do piso, tabelas em chapa metálica (1,80 x 1,20 m) e aros na cor laranja.
- Vôlei: Par de postes e rede conforme especificações oficiais para a modalidade.

4.2.6. Revitalização da arquibancada

A arquibancada existente passará por recuperação estrutural utilizando concreto com $f_{ck} \geq 25$ MPa nos trechos danificados. Os degraus receberão acabamento desempenado antiderrapante e pintura acrílica para piso na cor cinza claro. Será instalado guarda-corpo metálico com altura mínima de 1,10 m, seguindo a ABNT NBR 14718.

4.2.7. Formato de Entrega:

A entrega final do objeto em condições plenas de uso e operacionalidade (Turn-Key) deverá incluir, além da limpeza final e garantia de estanqueidade da cobertura, a entrega do As-Built Digital, que consiste na representação fiel do que foi efetivamente construído. Este As-Built Digital deverá ser entregue em:

- Formato de Modelo 3D Simplificado: Um modelo tridimensional da quadra, em formato aberto e interoperável (preferencialmente IFC - Industry Foundation Classes, ou similar), contendo os principais elementos construtivos (estrutura, cobertura, pisos, instalações aparentes) com nível de detalhe suficiente para identificação e localização de componentes (LOD 400).
- Formato CAD 2D: Plantas, cortes e fachadas em formato DWG ou DXF, com camadas organizadas e padronizadas, representando o "como construído".
- Documentação Técnica Complementar: Relatórios técnicos, manuais de manutenção e certificações de materiais, conforme já previsto, em formato PDF.

4.2.8. Base Topográfica Digital

O levantamento topográfico planialtimétrico cadastral deverá ser realizado por profissional habilitado e entregue em formato digital, com a criação obrigatória do Modelo Digital de Terreno (MDT). Este MDT deve garantir que as coordenadas e níveis de projeto estejam georreferenciados conforme o Sistema Geodésico Brasileiro (SIRGAS 2000), servindo como base precisa para todos os projetos e para a execução da obra. A entrega do MDT deverá ser em formato aberto ou compatível com softwares CAD/GIS de mercado.

4.3. Gestão Ambiental e de Resíduos

A Contratada deverá elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA 307/2002, garantindo a segregação, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada de 100% dos resíduos gerados, com emissão obrigatória de Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs).

5. JUSTIFICATIVA

A construção da quadra poliesportiva na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS é uma ação prioritária que visa suprir a carência de infraestrutura esportiva adequada, essencial para o desenvolvimento pedagógico, físico e social dos alunos. Por se tratar de um equipamento público de uso intensivo pela comunidade escolar, a obra exige o mais alto padrão de segurança, durabilidade e funcionalidade.

5.1. Justificativa da Modalidade e Critério de Julgamento

A opção pela Contratação Integrada (Lei nº 14.133/2021, Art. 6º, XXV, e Art. 46) justifica-se pela complexidade técnica do objeto e pela necessidade de compatibilização rigorosa entre diferentes disciplinas. O projeto demanda uma interface precisa entre o levantamento topográfico inicial, o projeto arquitetônico, a infraestrutura de fundações (com previsão de reforços de $f_{ck} \geq 25$ MPa), a

superestrutura metálica treliçada e o sistema de drenagem pluvial (composto por calhas, condutores de 100mm e canaletas moldadas in loco).

A análise do projeto indica que a eficiência do escoamento pluvial e a garantia de estanqueidade da cobertura dependem diretamente da execução integrada com os fechamentos laterais e o piso esportivo especializado (conforme ABNT NBR 15115). Este regime transfere a responsabilidade integral pela elaboração dos projetos (Básico e Executivo) e a execução da obra para a Contratada, minimizando os riscos de incompatibilidade entre as cotas de nível e os elementos estruturais, garantindo a entrega da quadra em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key), sob o valor global estimado de R\$ 1.105.831,06.

6. DOS ANEXOS

- 6.1.** Constituem anexos deste Termo de Referência a documentação técnica e administrativa que complementa as descrições aqui apresentadas, conferindo plena ciência às partes e fornecendo todas as informações necessárias à adequada compreensão do objeto.

Anexos
ANEXO I – Matriz de Risco
ANEXO II – Modelo de Declaração de Disponibilidade de Responsável Técnico
ANEXO III – Modelo de Declaração de Visita Técnica
ANEXO IV – Modelo de Conhecimento do Termo de Referência
ANEXO V – Modelo de Inexistência de Fato Superveniente
ANEXO VI – Modelo de Elaboração Independente da Proposta
ANEXO VII – Modelo de Proposta de Preço e Cronograma
ANEXO VIII – Memorial Descritivo

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor máximo aceitável para a presente Contratação Integrada, que compreende a elaboração dos projetos (básico e executivo), execução da obra,

fornecimento e instalação de todo o equipamentos esportivos, obras e serviços complementares, é de R\$ 1.105.831,06

8. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação para a escolha do regime de Contratação Integrada está amplamente respaldada na Lei nº 14.133/2021, especialmente no artigo 46, que autoriza esse procedimento para empreendimentos de alta relevância e complexidade técnica, como obras públicas de natureza complexa e de infraestrutura escolar. Nesse regime, a contratada assume a responsabilidade exclusiva pela elaboração dos projetos básico e executivo, bem como pela execução da obra, permitindo maior controle, integração dos processos e responsabilidade única pelo resultado final.

Além disso, a contratação integrada apresenta vantagens estratégicas importantes, como a mitigação de riscos por meio da responsabilização da contratada pela compatibilização técnicas o que reduz conflitos, aditivos e retrabalhos. Também favorece a inovação, permitindo que a contratada proponha soluções técnicas e tecnológicas eficientes e econômicas, alinhadas principalmente à sustentabilidade e eficiência energética.

Outro benefício relevante do regime é a redução do prazo de implantação, pois elaboração e execução podem ocorrer de forma sobreposta, acelerando a entrega. O regime favorece a autonomia da contratada na definição metodológica e tecnológica, fomentando inovação e sustentabilidade em consonância com princípios de interesse público e desenvolvimento sustentável.

Por fim, essa modalidade é recomendada por órgãos de controle e adotada em diversas experiências nacionais, por possibilitar maior controle sobre custos e prazos, além de incentivar cooperação eficaz entre administração pública e setor privado, sempre buscando o melhor resultado para o interesse público.

9. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada deve ser compreendida como um serviço de engenharia completo e integrado, onde a Contratada assume a responsabilidade pela totalidade do ciclo de vida do empreendimento, desde a concepção até a entrega final. Este escopo Turn-Key abrange:

- 9.1.** Execução Integral da Obra: Realização de todas as etapas construtivas conforme o memorial descritivo, abrangendo a locação da obra (eixos e gabaritos), fundações (com $f_{ck} \geq 25$ MPa), superestrutura em aço estrutural treliçado com pintura cinza claro, cobertura em telha metálica trapezoidal (inclinação 30%), fechamentos laterais em chapas trapezoidais e perfuradas (azul claro), e piso esportivo especializado com demarcações conforme a ABNT NBR 15115.
- 9.2.** Fornecimento e Instalação de Equipamentos: Aquisição e instalação de todos os equipamentos esportivos previstos, sendo: traves de futsal em aço galvanizado branco, conjuntos de basquete (tabelas metálicas e aros a 3,05m de altura) e postes de vôlei, além de mobiliário de apoio conforme o projeto executivo aprovado.
- 9.3.** Legalização e Comissionamento: Obtenção de todas as licenças e alvarás necessários, incluindo Alvará de Construção e AVCB. O processo exige a realização de testes de comissionamento para garantir a estanqueidade da cobertura e o funcionamento do sistema de drenagem (canaletas e condutores de 100mm), culminando na entrega do As-Built digital em e do relatório fotográfico final.
- 9.4.** Entrega Final (Turn-Key): A quadra deve ser entregue em perfeitas condições de limpeza e prontidão para uso imediato pela comunidade escolar da Escola Municipal Dr. José Pinto Rosas, sem necessidade de intervenções adicionais. A solução deve assegurar a funcionalidade, a segurança estrutural e a durabilidade dos acabamentos, em total conformidade com os índices de BDI e encargos sociais adotados.

10. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto deve ser compreendida como a fase de materialização do Projeto Executivo, sob responsabilidade integral da Contratada, culminando na entrega da quadra em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key). Este escopo de execução abrange:

- a)** Execução da Obra: Realização de todas as etapas construtivas, iniciando pelo Levantamento Topográfico e locação com gabaritos, incluindo fundação (com reparos em fck \geq 25 MPa), estrutura metálica treliçada, cobertura em telha metálica trapezoidal (inclinação 30%), piso esportivo especializado conforme ABNT NBR 15115, instalações elétricas (LED), hidráulicas, drenagem pluvial (calhas e condutores de 100mm) e fechamentos laterais, em estrita conformidade com o Projeto Executivo aprovado.
- b)** Fornecimento e Instalação: Aquisição e instalação de todos os equipamentos esportivos (goles de futsal em aço galvanizado, conjuntos de basquete com tabelas metálicas e postes de vôlei) e mobiliário de apoio, conforme as especificações técnicas.
- c)** Legalização e Comissionamento: Responsabilidade pela obtenção de todas as licenças de execução e operação (incluindo AVCB), realização de testes de comissionamento dos sistemas (iluminação, estanqueidade da cobertura e escoamento da drenagem) e entrega dos manuais de operação e manutenção.
- d)** Entrega Final e As Built: Entrega da quadra pronta para uso imediato, juntamente com a atualização de todos os projetos conforme o executado (As Built), para fins de gestão e manutenção futura por parte da Administração Municipal.

10.2. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (GESTÃO INTEGRADA)

O planejamento e o desenvolvimento dos projetos são de responsabilidade integral da CONTRATADA, devendo ser executados em estrita observância às normas técnicas, ambientais e ao conceito de Contratação Integrada.

10.2.1. Fase de Projeto Básico (Prazo e Conteúdo):

- a) Prazo: A CONTRATADA deverá elaborar e submeter o Levantamento Topográfico planialtimétrico e o Projeto Básico da Obra para aprovação do CONTRATANTE no prazo máximo e improrrogável de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.
- b) Conteúdo: O Projeto Básico deve ser um conjunto documental completo, contendo: levantamento topográfico detalhado (com marcos de referência e níveis), desenhos técnicos (plantas, cortes, fachadas), especificações técnicas de materiais (conforme as normas ABNT NBR 15115 e resistência $f_{ck} \geq 25$ MPa), memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e os Cronogramas de Execução e Físico-Financeiro Definitivos.
- c) Referência: O Cronograma de Execução e o Cronograma Físico-Financeiro Definitivo devem ser elaborados com base nas referências do Edital e na Planilha Orçamentária de R\$ 1.105.831,06, detalhando minuciosamente cada etapa da obra, relacionando os desembolsos financeiros ao progresso real dos serviços e garantindo o cumprimento do prazo contratual máximo de 170 (cento e setenta) dias para a conclusão e entrega final (Turn-Key).

10.2.2. Fase de Projeto Executivo e Compatibilização:

- a) Desenvolvimento: O Projeto Executivo, precedido obrigatoriamente pelo Levantamento Topográfico planialtimétrico, deve ser desenvolvido com detalhe suficiente para a execução imediata da obra, abrangendo o detalhamento de fundações ($f_{ck} \geq 25$ MPa), estrutura metálica e o sistema de drenagem (calhas/condutores). É obrigatória a sua aprovação pelo CONTRATANTE antes do início da etapa correspondente.
- b) Compatibilização: A CONTRATADA é responsável pela compatibilização total e irrestrita de todos os projetos, garantindo que as cotas do levantamento topográfico estejam perfeitamente alinhadas aos níveis da estrutura e do piso esportivo especializado (NBR 15115), sob o valor global de R\$ 1.105.831,06.

- c) Revisões: Serão realizadas revisões periódicas e reuniões de alinhamento técnico com o CONTRATANTE os Cronogramas de Execução e Físico-Financeiro aprovados, para identificar e resolver interferências antes da execução, garantindo a entrega final em 170 (cento e setenta) dias.

10.2.3. Gestão de Riscos e Conformidade Normativa:

- a) Mitigação e Gestão de Riscos: O planejamento e a execução devem ser obrigatoriamente pautados pela Matriz de Riscos anexa a este Termo de Referência. Referida matriz deverá ser acompanhada e monitorada durante todo o processo construtivo, estabelecendo a repartição objetiva de responsabilidades entre a Contratada e a Administração. O monitoramento deve focar especialmente nos riscos de imprecisão do levantamento topográfico, atrasos climáticos na montagem da estrutura metálica e interferências no sistema de drenagem, prevendo planos de contingência para assegurar o prazo de 170 (cento e setenta) dias.
- b) Conformidade e Normatização: A CONTRATADA deve garantir o cumprimento integral de todas as normas técnicas vigentes (ABNT), em especial a NBR 9050 (Acessibilidade), a NBR 15115 (Pisos Esportivos) e as normas de segurança do trabalho. A execução deve observar as diretrizes de sustentabilidade (Decreto 7.746/12) e a gestão de resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010), mantendo a fidelidade às especificações técnicas do orçamento de R\$ 1.105.831,06.

10.2.4. Logística e Sincronização:

- a) Previsões Realistas: O planejamento logístico deve contemplar previsões realistas para aquisição e recebimento de materiais e equipamentos, incluindo o tempo, se aplicável.
- b) Sincronização: É obrigatória a sincronização rigorosa entre equipes próprias, subempreiteiros e fornecedores, utilizando ferramentas de gestão de projetos para evitar atrasos e desperdícios, garantindo o fluxo contínuo de trabalho.

10.2.5. Entrega Final "Turn-Key" e As Built:

- a) Escopo Integrado: O planejamento deve abranger a perfeita execução do objeto definido neste Termo de Referência, garantindo a funcionalidade completa da quadra, a estanqueidade da cobertura e a eficiência do sistema de drenagem pluvial dentro do prazo de 170 (cento e setenta) dias
- b) As Built: Ao final da execução, a CONTRATADA deverá atualizar todos os projetos conforme o efetivamente executado ("As-Built"), consolidando as variações ocorridas desde o levantamento topográfico inicial até a conclusão. A entrega do As-Built Digital deverá seguir as especificações deste Termo de Referência, com arquivos digitais finais entregues ao CONTRATANTE, juntamente com os manuais de operação e manutenção dos sistemas (iluminação LED e drenagem) e o relatório fotográfico das etapas.

10.2.6. Coordenação e Responsabilidade Técnica:

A coordenação da obra será responsabilidade do Responsável Técnico (RT) e do Encarregado, que deverão assegurar a execução conforme o planejamento aprovado e o monitoramento constante da Matriz de Riscos. É dever da coordenação garantir o emprego de materiais especificados (concreto $f_{ck} \geq 25$ MPa e aço estrutural), sendo terminantemente vedadas soluções parciais ou improvisações que comprometam a qualidade técnica, a segurança estrutural ou a funcionalidade final do empreendimento, sob pena de sanções previstas no contrato de R\$ 1.105.831,06

10.3. QUALIDADE, CUSTOS E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

- 10.3.1.** A execução deverá utilizar mão de obra qualificada e materiais de primeira qualidade, conforme projetos aprovados e especificações técnicas.
- 10.3.2.** Todos os custos relacionados à obra, incluindo instalações, mão de obra, materiais, equipamentos, transportes, tributos, taxas, licenças e

regularizações, serão de responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA, estando inclusos no preço global contratado.

- 10.3.3.** A CONTRATADA responderá por danos causados a terceiros ou ao patrimônio do CONTRATANTE durante e após a execução dos serviços, sem direito a indenizações ou ressarcimentos.
- 10.3.4.** Serviços rejeitados pela fiscalização por não atenderem às especificações, qualidade ou projetos aprovados deverão ser refeitos pela CONTRATADA às suas custas, sem que isso implique em qualquer prejuízo ao cronograma geral da obra.
- 10.3.5.** Em virtude do regime de Contratação Integrada, a CONTRATADA assume integral responsabilidade pela elaboração dos projetos Básico e Executivo e pela execução da obra, devendo providenciar, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE, todos os serviços, elementos e componentes que, embora não detalhados nos projetos por ela elaborados, sejam indispensáveis para o acabamento total, funcionalidade e plena utilização do empreendimento, conforme o escopo e os requisitos de desempenho definidos no Anteprojeto e na Matriz de Riscos. Fica expressamente vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de erros ou omissões nos projetos elaborados pela CONTRATADA, salvo se comprovadamente decorrentes de informações imprecisas ou incompletas fornecidas pela Administração, ou de alterações de requisitos ou condições impostas pela Contratante após a aprovação do Projeto Básico. Nestes casos, a Matriz de Riscos será acionada para análise e eventual reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o Art. 124, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.3.6.** A substituição de empregados da CONTRATADA por solicitação da fiscalização deve ocorrer em até 48 horas, garantindo a continuidade ininterrupta dos trabalhos.
- 10.3.7.** O pagamento dos serviços será realizado por etapas concluídas, com base na avaliação da fiscalização, respeitando o cronograma

físico-financeiro aprovado, sendo o primeiro pagamento condicionado ao registro da obra junto ao CREA-PR.

10.3.8. Em caso de dúvidas ou divergências técnicas nos documentos do projeto, a fiscalização deverá ser consultada imediatamente para orientações, sendo vedada a tomada de decisões unilaterais.

10.3.9. Alterações autorizadas durante a execução deverão ser registradas e comunicadas formalmente ao CONTRATANTE.

10.4. GESTÃO AMBIENTAL E DE RESÍDUOS.

A gestão ambiental e de resíduos é o pilar mais crítico e deverá ser executado da melhor forma possível dentro dos parâmetros legais. A CONTRATADA deverá adotar um rigoroso sistema de gestão que transcenda o mero cumprimento legal, visando a minimização de impactos e a promoção da sustentabilidade.

10.4.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) Detalhado: A CONTRATADA deverá elaborar e implementar um PGRCC que detalhe o ciclo de vida completo de todos os resíduos gerados, desde a origem até a destinação final. O PGRCC deve ser aprovado pelo CONTRATANTE antes do início de qualquer atividade de geração de resíduos e deve contemplar:

- a)** Classificação Rigorosa: Segregação na fonte de acordo com a Resolução CONAMA 307/2002 (Classes A, B, C e D) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), incluindo resíduos comuns, recicláveis, volumosos, perigosos e administrativos.
- b)** Processo de Execução: Descrição minuciosa dos procedimentos de manuseio, transporte interno e armazenamento temporário, garantindo que a movimentação de resíduos não cause danos à flora e fauna.

10.4.2. Coleta, Acondicionamento e Equipamentos de Ponta: A coleta e o acondicionamento deverão ser executados com os melhores equipamentos e tecnologias disponíveis (melhores práticas de

mercado), minimizando ruído, dispersão de poeira e riscos ambientais.

- a) Acondicionamento: Utilização de contentores herméticos, duráveis, devidamente sinalizados e com identificação clara do tipo de resíduo, distribuídos de forma estratégica para facilitar a segregação e evitar a contaminação cruzada.
- b) Coleta Interna: A coleta interna será realizada diariamente, utilizando equipamentos de baixo impacto (elétricos ou manuais) para transporte dentro do canteiro, evitando o uso de veículos pesados em áreas sensíveis da escola.
- c) Coleta Externa e Transporte: O transporte para fora deverá ser realizado em horários de menor impacto, utilizando veículos cobertos e licenciados, com rotas pré-aprovadas para evitar a degradação das vias de acesso e do entorno.

10.4.3. Destinação Ambientalmente Adequada e Rastreabilidade: A CONTRATADA é responsável por garantir a rastreabilidade e a destinação final de 100% dos resíduos gerados, priorizando a não geração, redução, reutilização e reciclagem.

- a) Prioridade: Resíduos recicláveis (Classe B) devem ser encaminhados prioritariamente a cooperativas ou empresas especializadas devidamente credenciadas e com certificação ambiental
- b) Rejeitos e Perigosos: Rejeitos e resíduos perigosos (Classe D) deverão ser tratados e dispostos em aterros sanitários ou industriais licenciados, conforme normas técnicas e legislação vigente, com a emissão obrigatória de Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs).

10.4.4. Medidas de Preservação: A CONTRATADA deverá implementar medidas adicionais de proteção ambiental:

- a) Estocagem: Todos os materiais e insumos devem ser armazenados em áreas impermeabilizadas e cobertas, com sistemas de contenção

de vazamentos (bacias de contenção) para evitar a contaminação do solo.

- b) Controle de Efluentes: Os efluentes (águas servidas, lavagem de equipamentos) devem receber tratamento adequado antes do descarte, conforme legislação ambiental vigente, evitando a contaminação de cursos d'água ou do solo.
- c) Controle de Impactos: A obra deve ser conduzida respeitando práticas de manejo do solo, conservação da vegetação remanescente, controle rigoroso de ruídos e emissões atmosféricas, e preservação da fauna local.

10.5. GESTÃO DE RELATÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO (CONTROLE INTEGRAL)

A documentação e a gestão de relatórios devem ser executadas com o máximo rigor, servindo como ferramenta de controle e transparência para a Fiscalização. A não conformidade com as especificações abaixo será considerada falha grave na execução contratual.

10.5.1. Obrigatoriedade, Formato e Plataforma:

- a) Formato: Todos os relatórios e documentos devem ser entregues em formato digital, preferencialmente PDF/A, com assinatura digital válida do Responsável Técnico
- b) Plataforma: A CONTRATADA deverá utilizar uma Plataforma de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) ou sistema de gerenciamento de projetos (e.g., MS Project Server, Primavera P6) acordado com o CONTRATANTE, garantindo rastreabilidade e acesso em tempo real.
- c) Atualização de Cronogramas: Cada relatório deve ser acompanhado da versão atualizada do Cronograma de Obras (em formato nativo do software de gestão) e do Cronograma Físico-Financeiro, refletindo o progresso real e as projeções revisadas.

10.5.2. Relatório Mensal:

Prazo: Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. Conteúdo Mínimo:

- a) Relatório Gerencial Executivo: Análise crítica do desempenho global da obra (prazo, custo, qualidade e escopo), incluindo o valor da medição para pagamento (com memória de cálculo detalhada).
- b) Conformidade Legal e Fiscal: Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais (Certidões Negativas de Débito - CNDs) relativas ao período.
- c) Documentação Técnica: Lista mestra de documentos técnicos gerados, revisados e aprovados no mês (projetos executivos, especificações, manuais).
- d) Previsão de Desembolso: Projeção detalhada do desembolso financeiro para os próximos 30 (trinta) dias.

10.5.3. Forma de Execução e Validação:

- a) Execução: A coleta de dados para os relatórios deve ser realizada por meio de sistemas digitais (aplicativos de campo) que garantam a integridade e a imutabilidade dos dados brutos.
- b) Validação: A Fiscalização terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para análise e manifestação sobre os relatórios. A ausência de manifestação formal não implica em aprovação tácita, mas a CONTRATADA deverá corrigir imediatamente quaisquer não conformidades apontadas.
- c) Comunicação Formal: O registro de todas as comunicações formais (ofícios, e-mails, atas de reunião) trocadas entre as partes deve ser anexado ao relatório mensal como Anexo de Comunicações.

11. DIVISÃO EM FASES

11.1. 1ª FASE – ELABORAÇÃO DE PROJETOS

A Contratada é integralmente responsável pela elaboração, revisão, modernização e compatibilização de todos os projetos necessários para garantir a execução plena, segura e conforme às normas vigentes. Essa

responsabilidade baseia-se no Anteprojeto de Engenharia e demais estudos e projetos preliminares apresentados nos Anexos Técnicos do Edital, conforme regime de Contratação Integrada.

11.1.1. Prazo e Condições para Conclusão da Fase Inicial

A Contratada deverá concluir e apresentar toda a documentação técnica, incluindo os projetos e planejamentos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato. A finalização desta fase será formalmente reconhecida mediante aprovação integral pela Fiscalização da Contratante de todos os documentos submetidos.

11.1.2. Obrigações da Contratada para Revisão e Elaboração dos Projetos

a) Revisão Técnica de Estudos e Anteprojetos

A Contratada deverá executar análise e revisão técnica rigorosa e detalhada de todos os Estudos Preliminares e Anteprojetos fornecidos pela Administração em todas as disciplinas envolvidas, assumindo a responsabilidade integral pela viabilidade técnica das soluções propostas. Esta fase deve incluir, obrigatoriamente, a realização de Levantamento Topográfico planialtimétrico cadastral, que servirá como base para a validação dos níveis e dimensões da área de intervenção.

b) Desenvolvimento dos Projetos Básico e Executivo

A Contratada deve desenvolver e entregar projetos completos e detalhados com base nos anteprojetos revisados e nos dados coletados no campo, para garantir a precisão do orçamento, conforme as seguintes fases:

- I. Projeto Básico: Detalhado o suficiente para definição clara do escopo, cronogramas definitivos e condicionantes para execução, contemplando desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas (conforme NBR 15115 e resistência $f_{ck} \geq 25$ MPa) e estimativas de custos;

- II. Projeto Executivo: Com detalhamento completo necessário para a execução imediata da obra em 170 (cento e setenta) dias, abrangendo todos os aspectos técnicos, construtivos, quantitativos, especificações de drenagem (condutores de 100mm), estrutura metálica e compatibilização total entre as disciplinas;
- III. Garantir compatibilização: Assegurar a integração absoluta entre todos os projetos complementares e o projeto arquitetônico, realizando a coordenação necessária para evitar conflitos e improvisações em obra, garantindo a estanqueidade e funcionalidade do objeto.

11.1.3. Planejamento, Documentação e Aprovações

Além dos projetos técnicos, a Contratada deverá obrigatoriamente:

- c) Apresentar planejamento detalhado, incluindo o Cronograma Físico-Financeiro definitivo e a metodologia de execução coerente com o regime de Contratação Integrada;
- d) Incorporar rigorosamente no planejamento e projetos as diretrizes do Plano Executivo de Continuidade Operacional (PECO), fundamental para a transição e operação da Secretaria;
- e) Gerenciar integralmente todos os processos de aprovação junto aos órgãos públicos e concessionárias competentes (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Concessionárias de água, energia, telecomunicações, entre outros), responsabilizando-se pelos trâmites técnicos, encaminhamentos documentais e cumprimento dos prazos até a obtenção de todas as licenças necessárias;
- f) Organizar e conduzir reuniões técnicas periódicas com a equipe de execução e fiscalização para esclarecer dúvidas, alinhar alterações e garantir a correta aplicação dos projetos revisados na obra;
- g) Entregar toda a documentação técnica em formatos físicos e digitais, incluindo revisões do cronograma e do orçamento, assegurando transparência, rastreabilidade e conformidade documental.

11.2. 2ª FASE - Execução Global:

A 2ª Fase compreende a execução global da obra,

11.2.1. Obrigações da Contratada (Execução e Entrega Chave na Mão)

11.2.1.1. Execução Integral da Obra

- a) Executar todas as etapas da obra civil, instalações e acabamentos conforme Projetos Executivos aprovados, iniciando obrigatoriamente pela implantação do canteiro e a realização do Levantamento Topográfico com a locação de gabaritos e marcos de nível.
- b) Garantir qualidade técnica em todas as frentes: assegurando a resistência do concreto ($f_{ck} \geq 25$ MPa) nos reparos estruturais, a precisão na montagem da estrutura metálica treliçada e da cobertura trapezoidal (garantindo estanqueidade total), a aplicação de piso esportivo especializado em conformidade com a ABNT NBR 15115, e a correta instalação do sistema de drenagem pluvial com condutores de 100 mm, conforme previsto no orçamento global de R\$ 1.105.831,06.
- c) Cumprir normas técnicas da ABNT, normas ambientais e as normas regulamentadoras de segurança do trabalho (NRs), além das condições contratuais, mantendo a atualização constante da Matriz de Riscos.

11.2.1.2. Gestão, Controle e Segurança

- a) Coordenar e supervisionar equipes, subcontratados e fornecedores, mantendo comunicação clara e resolução ágil de problemas.
- b) Cumprir rigorosamente o Cronograma Físico-Financeiro definitivo, submetendo relatórios periódicos à fiscalização e ajustando planejamento para evitar atrasos.
- c) Garantir a saúde e segurança dos trabalhadores, implementando PCMAT, PPRA, PCMSO e demais normativas vigentes.

11.2.1.3. Qualidade, Documentação e Responsabilidades legais

- a) Realizar inspeções técnicas, testes e ensaios laboratoriais para validar a conformidade dos serviços.
- b) Entregar relatórios periódicos com o progresso físico-financeiro, controle de qualidade, gestão ambiental, segurança e resíduos.
- c) Assumir todas as responsabilidades fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e ambientais, incluindo a obtenção do Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da obra.

11.2.1.4. Responsabilidades e Condições de Execução

- a) Durante toda a execução da 2ª fase, a Contratada assume responsabilidade exclusiva por todo o fornecimento de mão de obra, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte e logística necessários para a perfeita realização dos serviços. É também sua responsabilidade garantir a vigilância patrimonial e assegurar o cumprimento rigoroso das normas de segurança e saúde ocupacional, com a implementação e manutenção dos programas técnicos obrigatórios como PCMAT, PPRA e PCMSO.

Adicionalmente, a Contratada deverá manter atualizada toda a documentação técnica e de engenharia pertinente, incluindo a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs). Ela será ainda responsável pela obtenção e manutenção de todas as certidões, licenças e autorizações necessárias para o pleno desenvolvimento e entrega da obra, respondendo integralmente por todos os trâmites legais junto aos órgãos competentes.

Também é de responsabilidade da contratada a organização, limpeza e conservação do canteiro de obras e áreas adjacentes, garantindo um ambiente de trabalho seguro, higienizado e ordenado durante toda a execução da fase.

Dessa forma, a Contratada assume a total incumbência técnica, administrativa, legal e operacional, prevenindo qualquer risco de paralisação, multa ou responsabilização que possa comprometer o andamento e a conclusão da obra.

- b)** A Contratada deverá garantir a máxima conformidade técnica, legal e de segurança durante toda a execução da Fase II. Para tal, é sua obrigação armazenar insumos, materiais e equipamentos de forma segura e organizada, além de manter permanentemente no canteiro de obras a via original do Projeto Executivo e todas as suas revisões devidamente aprovadas pela Fiscalização, servindo como documento de referência obrigatória. Será também dever da Contratada garantir o acompanhamento contínuo dos serviços por profissionais legalmente habilitados, com presença permanente em obra, e emitir as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) para todas as etapas executadas. A Fiscalização da Contratante detém o poder de determinar a paralisação imediata de qualquer frente de serviço executada em desconformidade com os projetos, normas técnicas ou critérios de qualidade exigidos. Neste caso, caberá exclusivamente à Contratada o custeio e a execução do retrabalho, da correção e da readequação, sem que isso gere qualquer ônus adicional ou pleito de prorrogação de prazo para a Administração Municipal. Adicionalmente, a Contratada deverá cumprir integralmente toda a legislação e as normas técnicas vigentes aplicáveis à obra e aos serviços de engenharia, bem como atender às exigências de todos os órgãos públicos e concessionárias.

11.2.1.5. Entregas e Regularizações obrigatórias

Ao término da execução da obra, a Contratada deverá realizar as seguintes entregas e regularizações obrigatórias, conforme detalhado na 3ª Fase (Comissionamento e Recebimento) do cronograma:

1. Documentação Técnica: Entrega de todos os projetos As Built finais, em formato digital (nativo e IFC), devidamente compatibilizados com o executado em obra e assinados pelos responsáveis técnicos. Inclui-se o Manual do Proprietário, o Manual de Uso e Operação da Edificação, os manuais dos equipamentos instalados e o plano de manutenção preventiva dos sistemas.
2. Regularização Legal: Apresentação de toda a documentação de regularização, incluindo a aprovação definitiva do Corpo de Bombeiros com a emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), as anuências das concessionárias (água, esgoto, energia e telecomunicações), e o Habite-se expedido pela Prefeitura Municipal.
3. Sustentabilidade: Apresentação de relatórios finais que comprovem a gestão de resíduos da construção civil (PGRCC), conforme exigido neste Termo de Referência.

11.2.1.6. Prazos de Execução e Recebimento

O prazo total para a execução integral do objeto, sob o regime Turn-Key, é de 170 (cento e setenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato. Este prazo engloba todas as obrigações, desde a elaboração dos projetos até o recebimento definitivo.

11.3. 3ª FASE – COMISSIONAMENTO E RECEBIMENTO

A 3ª Fase tem o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos e compreende a verificação, conferência e formalização do recebimento do objeto.

1. Encerramento da Obra: O encerramento da execução física (2ª Fase) e a transição para o recebimento (3ª Fase) ocorrerão somente após a verificação in loco da execução integral dos serviços e a entrega da documentação preliminar.
2. Recebimento Provisório: Inicia-se com a conferência da documentação e da conformidade da obra. A fiscalização poderá emitir relatórios de

pendências que deverão ser sanadas pela Contratada dentro do prazo contratual.

3. Recebimento Definitivo: Será formalizado por meio do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), que atestará o cumprimento pleno das obrigações técnicas, contratuais, legais e ambientais, sem pendências ou ressalvas.

11.3.1. Responsabilidades e Limites de Responsabilidade

O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade legal pela solidez, segurança e funcionalidade da obra.

1. A responsabilidade objetiva da Contratada permanece por cinco anos após o recebimento definitivo, conforme o § 6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo a obrigação de reparar, corrigir, substituir ou reconstruir quaisquer vícios, defeitos ou inadequações identificadas.

2. A Contratada responde, independentemente de culpa, por quaisquer danos decorrentes de produtos, serviços ou sistemas executados que não atendam às normas técnicas aplicáveis (Lei nº 8.078/1990).

12. DOS PROJETOS

12.1. Requisitos para os projetos da Estrutura Metálica

A realização do levantamento topográfico e as especificações técnicas detalhadas para a estrutura metálica e cobertura estão intrinsecamente ligadas ao regime de Contratação Integrada (Lei nº 14.133/2021, art. 46) e ao critério de julgamento MAIOR DESCONTO (conforme Art. 33, inciso II, da mesma Lei).

A Contratada assumirá a responsabilidade total pela elaboração dos projetos básico e executivo e pela execução da obra. O processo se iniciará obrigatoriamente pela execução do Levantamento Topográfico planialtimétrico cadastral, que servirá como base de dados para a execução do projeto.

Esta integração visa garantir a máxima qualidade e compatibilidade entre o terreno real e a estrutura projetada, assegurando a precisão dos níveis das fundações, a estanqueidade da cobertura metálica trapezoidal e a eficiência do sistema de drenagem pluvial. A utilização destas ferramentas é condição essencial para o controle rigoroso do cronograma de 170 (cento e setenta) dias e a conformidade com o orçamento global, minimizando riscos de erros de execução ou aditivos de prazo.

12.2. Justificativa da Exigência Técnica no Critério de Julgamento

Estes requisitos técnicos visam garantir que a Contratada demonstre, desde o início, a capacidade de integrar o levantamento do terreno ao projeto executivo.

12.3. Especificações para a Estrutura Metálica e Cobertura

O projeto da quadra, a ser desenvolvido com base obrigatória no Levantamento Topográfico planialtimétrico, deverá prever uma Estrutura Metálica e Cobertura que atendam rigorosamente às seguintes especificações, cuja qualidade será avaliada na Proposta Técnica:

1. **Dimensionamento e Materiais:** A estrutura metálica deve ser do tipo treliçada, dimensionada para suportar as cargas de vento e chuva da região (NBR 6123 e NBR 8800). Deve ser utilizado aço estrutural com pintura anticorrosiva, garantindo a sustentação da cobertura em telhas metálicas trapezoidais com espessura mínima de 0,50mm.
2. **Estanqueidade e Drenagem:** O projeto deve garantir a total estanqueidade da cobertura, prevendo inclinação mínima de 30% conforme o memorial. O sistema de escoamento deve ser composto por calhas em chapa galvanizada e condutores verticais de PVC rígido com diâmetro de 100 mm, dimensionados para evitar transbordamentos.
3. **Modelagem Estrutural:** O modelo Estrutural deve ser desenvolvido e integrando com dados reais do terreno (topografia). O modelo deve conter todas as informações para fabricação e montagem, incluindo detalhes de

ligações, placas de base, chumbadores, perfis e especificações de solda, assegurando a precisão necessária para o cumprimento do prazo de 170 (cento e setenta) dias e o valor global.

12.4. Especificações para o Levantamento Topográfico

O levantamento topográfico deverá ser do tipo Planialtimétrico Cadastral, executado por profissional habilitado e com registro no conselho de classe, observando rigorosamente a ABNT NBR 13.133. Este levantamento é a etapa inicial obrigatória para a validação dos níveis das fundações ($fck \geq 25$ MPa) e do sistema de drenagem pluvial.

12.4.1. Escopo Mínimo:

- Delimitação precisa do perímetro da área de intervenção, confrontantes e locação exata dos limites da quadra.
- Indicação de níveis com curvas de nível de 0,5m em 0,5m e pontos cotados em malha densa.
- Cadastro de todas as interferências existentes: árvores, postes, redes de drenagem, esgoto, elétrica, muros e edificações lindeiras da Escola Municipal Dr. José Pinto Rosas.
- Implantação de, no mínimo, 02 (dois) marcos georreferenciados estáveis para servir de RN (Referência de Nível) durante toda a obra, garantindo o monitoramento da Matriz de Riscos quanto a recalques ou erros de locação.

12.4.2. Precisão e Equipamentos:

- Utilização de Estação Total com precisão angular mínima de 2" e/ou GNSS RTK de dupla frequência para garantir o georreferenciamento do projeto.
- O erro de fechamento altimétrico não poderá exceder os limites estabelecidos pela norma vigente, garantindo que a inclinação de 30% da cobertura e o caimento do piso esportivo (NBR 15115) sejam respeitados.

12.4.3. Entregáveis:

- Planta planialtimétrica detalhada em formato digital (DWG e PDF).

- Modelo Digital de Terreno (MDT) e nuvem de pontos, totalmente compatíveis com no software de modelagem (Revit ou similar).
- Caderneta de campo, relatório fotográfico dos pontos coletados e ART/RRT específica de levantamento e georreferenciamento.

12.5. Especificações para o Projeto Elétrico e Luminotécnico

O Projeto Elétrico deverá ser desenvolvido por profissional legalmente habilitado (Engenheiro Eletricista), com a devida emissão de ART, observando rigorosamente as normas ABNT NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NBR 5419 (SPDA).

12.6.1. Escopo Mínimo do Projeto:•

Cálculo Luminotécnico: Dimensionamento dos refletores LED de 200W para garantir os níveis de iluminância exigidos para quadras poliesportivas escolares (NBR ISO/CIE 8995-1).

- Diagramas Unifilares e Multifilares: Detalhamento do quadro de distribuição, circuitos, dispositivos de proteção (disjuntores e DRs) e fiação.
- Sistema de Aterramento e SPDA: Projeto de proteção contra descargas atmosféricas integrado à estrutura metálica da quadra.
- Memória de Cálculo de Carga: Validação da capacidade da rede elétrica da Escola Municipal Dr. José Pinto Rosas para suportar a nova demanda.

13. PRAZO E CRONOGRAMA

13.1. Vigência Contratual

O prazo total para a execução integral do objeto, sob o regime de Contratação Integrada (Lei nº 14.133/2021, art. 46), será de 170 (cento e setenta) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura.

13.2. Escopo do Prazo

Este prazo global de 170 (cento e setenta) dias engloba a totalidade das obrigações contratuais, iniciando-se imediatamente após a assinatura do contrato com a execução do Levantamento Topográfico planialtimétrico, seguido pela elaboração e aprovação dos projetos (básico e executivo) em metodologia

BIM, a execução integral das obras e serviços de engenharia — incluindo fundações ($fck \geq 25$ MPa), estrutura metálica e drenagem — o fornecimento e a instalação de todo o mobiliário esportivo, até a conclusão dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo do objeto (Turn-Key).

A Contratada deverá gerenciar o prazo de forma eficiente, compatibilizando as fases de projeto e execução, inerentes ao regime de Contratação Integrada, para garantir a entrega final dentro do limite estabelecido.

13.3. Cronogramas Obrigatórios

Para fins de planejamento, fiscalização e controle físico-financeiro, a Contratada deverá apresentar, como parte integrante de sua proposta técnica e de execução, os seguintes documentos, que se tornam anexos contratuais e devem estar em estrita harmonia entre si:

1. **Cronograma Físico-Financeiro:** Documento que detalha a alocação de recursos e o fluxo de desembolso ao longo do prazo de 170 (cento e setenta) dias. Este cronograma deverá ser elaborado utilizando como parâmetro a Tabela SINAPI, acrescida de BDI e Encargos Sociais, conforme o Art. 23, § 2º, I, da Lei nº 14.133/2021. Os desembolsos estarão vinculados à entrega e aprovação dos produtos, incluindo os modelos e os relatórios de execução.
2. **Cronograma de Execução:** Documento que detalha a sequência lógica e os prazos parciais para cada etapa, iniciando obrigatoriamente pelo Levantamento Topográfico planialtimétrico, seguido pela elaboração dos projetos, execução da estrutura metálica, sistema de drenagem, piso esportivo (NBR 15115) e comissionamento final. Este cronograma deve prever as folgas de segurança identificadas na Matriz de Riscos para garantir a entrega *Turn-Key*.

A fiscalização da Contratante utilizará estes cronogramas para monitorar o progresso real frente ao planejado e a correta aplicação dos recursos. O cumprimento dos prazos parciais é mandatório, sendo que qualquer desvio

deverá ser justificado e acompanhado de um plano de recuperação, sob pena de sanções contratuais, garantindo que o funcionamento da infraestrutura escolar não seja prejudicado.

14. DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Em conformidade com o Art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, e considerando o regime de Contratação Integrada adotado, será parte integrante e indissociável deste Termo de Referência a Matriz de Alocação de Riscos (Anexo I).

Esta Matriz tem por objetivo promover a alocação objetiva de riscos entre a Administração Pública (Contratante) e a Contratada, estabelecendo as responsabilidades de cada parte por eventos supervenientes à contratação que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A alocação de riscos será realizada de forma a:

1. Identificar os principais riscos inerentes à elaboração dos projetos, execução da obra e entrega do objeto.
2. Classificar os riscos quanto à sua natureza (engenharia, ambiental, financeira, legal, etc.), probabilidade de ocorrência e impacto potencial.
3. Definir expressamente a responsabilidade pela ocorrência de cada risco, indicando a parte que deverá suportá-lo integral ou parcialmente, bem como as medidas de mitigação e contingência aplicáveis.
4. Prever os mecanismos de acionamento da Matriz de Riscos e os procedimentos para eventual revisão do contrato em caso de materialização de riscos alocados à Administração.

A Matriz de Alocação de Riscos será detalhada no Anexo I e deverá ser rigorosamente observada pelas partes durante toda a execução contratual, visando à prevenção de conflitos e à garantia da segurança jurídica e da exequibilidade do objeto.

15. VISTORIA TÉCNICA

A Vistoria Técnica no local de execução da obra, a ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, é um procedimento facultativo para a licitante, em conformidade com o Art. 63, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021. A licitante poderá optar por realizar a vistoria ou apresentar a Declaração de Conhecimento do Local (Anexo III), que formaliza o pleno conhecimento das condições e riscos do canteiro de obras e de seu entorno.

15.1. Justificativa Legal e Assunção de Riscos

Dada a natureza da Contratação Integrada, a vistoria ou a declaração de conhecimento é exigida para que a licitante se inteire das condições atuais do local, conforme previsto no Art. 40, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021.

A realização da vistoria ou a apresentação da Declaração de Conhecimento (Anexo IV) formaliza o conhecimento das condições do local e dos riscos inerentes ao empreendimento que sejam razoavelmente identificáveis e mensuráveis por meio de uma vistoria diligente e das informações disponíveis no edital e seus anexos. A licitante assume a responsabilidade por tais condições dentro dos limites da previsibilidade técnica e da diligência esperada, ficando vedada qualquer alegação futura de desconhecimento ou pleito de reequilíbrio econômico-financeiro por fatos que, embora previsíveis, não foram devidamente identificados ou quantificados pela Administração no Projeto Básico ou em estudos preliminares, ou por fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, caracterizando álea econômica extraordinária e extracontratual. Nestes casos, a Matriz de Riscos será acionada para análise e eventual reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o Art. 124, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Escopo Mínimo e Atividades da Vistoria

Caso a licitante opte pela vistoria, esta deverá abranger a totalidade do escopo contratual. É obrigatória a observação, medição e avaliação de todos os

elementos e da área destinada à construção da quadra poliesportiva, incluindo a verificação da compatibilidade entre o projeto e as condições reais do local.

15.3. Procedimento e Agendamento da Vistoria

O agendamento da Vistoria Técnica e o envio da documentação de qualificação deverão ser realizados por meio digital, cujos dados de contato são:

O agendamento deve ser solicitado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico smi@pontagrossa.pr.gov.br

15.4. Prazos e Horários

- a) Prazo de Início: A vistoria poderá ser agendada a partir do dia útil seguinte ao da publicação do Edital.
- b) Prazo Final: O prazo para a realização da vistoria se estende até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- c) Horário de Realização: A vistoria será realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, nos intervalos de 9:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00.

15.5. Acompanhamento

A vistoria deverá ser obrigatoriamente acompanhada e auxiliada por servidor ou empregado público da Contratante, designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento (SMIP) para tal finalidade.

15.6. Documentação Prévia do Profissional (Obrigatória, apenas em caso de Vistoria)

Caso opte pela vistoria, a licitante deverá encaminhar a seguinte documentação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para o endereço eletrônico smi.pmg@gmail.com para análise e acompanhamento:

- a) Declaração de Responsabilidade: Declaração formal da empresa interessada, indicando o nome completo e o número de CPF do profissional responsável pela vistoria.

- b) Qualificação Técnica: Cópia da Certidão de Registro e Quitação (CRQ) junto ao CREA ou CAU, comprovando a habilitação do profissional (Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista).
- c) Comprovação de Vínculo: Documento que ateste o vínculo empregatício ou contratual do vistoriador com a empresa licitante.

15.7. Regras Operacionais e Sigilo

- a) Custos: Todas as despesas decorrentes da vistoria, incluindo deslocamento e honorários profissionais, serão de responsabilidade exclusiva da licitante.
- b) Identificação: O representante da licitante deverá apresentar documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.
- c) Sigilo e Confidencialidade: O profissional vistoriador deverá observar o dever de sigilo e confidencialidade sobre quaisquer informações, dados pessoais ou documentos administrativos que venha a ter acesso no local, em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2020).

15.8. Comprovação de Conhecimento do Local

A comprovação do conhecimento do local será feita mediante a apresentação do Anexo III – Modelo de Declaração de Vistoria ou Conhecimento do Local, devidamente preenchido e assinado.

- Opção 1 (Vistoria Realizada): O Anexo III deverá ser assinado pelo representante da licitante e pelo servidor que acompanhou a vistoria.
- Opção 2 (Declaração de Conhecimento): O Anexo III deverá ser preenchido e assinado apenas pelo representante legal da licitante, declarando o pleno conhecimento das condições do local e assumindo os riscos inerentes.

16. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Objeto e Local de Execução

16.1.1. A obra objeto desta contratação é a Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ PINTO ROSAS. O objeto, sob o regime de Contratação Integrada, compreende desde o Levantamento Topográfico inicial e elaboração de projetos até a execução integral. O projeto contempla a infraestrutura esportiva completa, com área de intervenção de aproximadamente 627,00 m², incluindo a fundação (fck \geq 25 MPa), estrutura metálica treliçada, cobertura em telha trapezoidal com inclinação de 30%, sistema de drenagem pluvial, piso esportivo especializado (NBR 15115) e fornecimento de mobiliário corporativo/esportivo.

16.2. Regime de Contratação

16.2.1. A execução do objeto será em regime de contratação integrada, nos termos do artigo 46 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com estimativa de orçamento estabelecida e justificada no âmbito do Anteprojeto de Arquitetura e Engenharia, que é parte integrante deste Termo de Referência.

16.3. Escopo da Contratação (Turn-Key)

16.3.1. O objeto da contratação compreende a elaboração dos projetos e a execução completa da obra, assegurando a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key). O escopo abrange:

- a)** Elaboração de projetos básicos, legal, executivo e As-builts assegurando integração técnica e controle rigoroso.
- b)** Obtenção de licenças, alvarás, outorgas e aprovação, inclusive do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).
- c)** Execução de obras civis e serviços de engenharia, incluindo fundação, estrutura metálica, cobertura, piso esportivo especializado, instalações elétricas, hidráulicas e drenagem.

- d) Fornecimento e instalação de todos os equipamentos esportivos (tabelas, traves, postes de vôlei, etc.).
- e) A obra seguirá normas técnicas e ambientais vigentes, priorizando durabilidade, segurança, acessibilidade e sustentabilidade.

16.4. Prazo de Vigência

16.5. O contrato terá vigência de 170 (cento e setenta) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura, conforme o Art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Este prazo é global e inclui a elaboração e aprovação dos projetos, a execução completa das obras e o período de recebimento provisório e definitivo.

- a) O prazo fixado para a execução das obras e serviços é considerado suficiente e definitivo, conforme o planejamento e o cronograma físico-financeiro que integram o projeto.

16.6. Estudo Técnico Preliminar e Orçamento

16.6.1. Em cumprimento ao Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi providenciada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e seguem anexos os projetos de todas as áreas correlatas. O orçamento estimativo para contratação baseia-se nos Projetos Anexos e no ETP, conforme Art. 24, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e utiliza a Tabela SINAPI como referência, garantindo a transparência e o equilíbrio na comparação das propostas.

16.7. Vedação de Aditivos de Prazo

16.7.1. O prazo de execução deste contrato é estabelecido com base no planejamento e cronograma. Sua prorrogação, por meio de termos aditivos, será admitida apenas em situações excepcionais e devidamente justificadas, conforme as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Isso inclui casos de força maior, alterações de projeto pela Administração, interrupções administrativas ou atrasos na obtenção de licenças não atribuíveis à Contratada.

16.7.2. É fundamental o cumprimento rigoroso das etapas acordadas. A matriz de riscos do contrato define as responsabilidades por eventos supervenientes, e não serão celebrados aditivos para eventos já alocados como responsabilidade da Contratada, garantindo a previsibilidade e segurança jurídica.

16.7.3. Alterações que não modificam a essência do contrato, como reajustes de valor, atualizações financeiras ou mudanças na razão social da Contratada, podem ser formalizadas por simples apostila, dispensando a necessidade de termo aditivo, conforme o Art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.8. Subcontratação

16.8.1. Regras e Limites

Fica permitida a subcontratação parcial do objeto deste contrato até o limite máximo de 30% do valor total, conforme o art. 121 da Lei nº 14.133/2021. É vedada a subcontratação integral ou da fração principal do objeto.

16.8.2. Vedações e Condições

É vedada a subcontratação integral ou da fração principal do objeto, como projeto executivo e gerenciamento central, bem como a contratação de empresas ou consórcios que participaram da licitação ou elaboração de projeto. A contratada mantém responsabilidade integral pela execução, gerenciamento e qualidade, mesmo nas parcelas subcontratadas. Os subcontratados devem cumprir os mesmos critérios de habilitação e qualificação exigidos da contratada, além de garantir o atendimento às normas técnicas, incluindo a Norma de Desempenho NBR 15575/2013.

16.9. Participação em Consórcios

16.9.1. Admissibilidade e Regras

Será admitida a formação de consórcio para execução integral do objeto, desde que respeitados critérios de constituição, com indicação formal da empresa líder, registro antes da assinatura do contrato e vedação de participação simultânea

isolada e em consórcio. Para habilitação, permite-se o somatório das capacidades técnicas e econômicas, sendo exigido acréscimo de 30% na capacidade econômico-financeira quando não composto exclusivamente por Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs). É vedada a consorciação entre ME/EPP e empresas de grande porte para tratamento diferenciado específico.

16.9.2. Formalização e Responsabilidade

O prazo do consórcio deve coincidir com o contrato, sendo os membros solidariamente responsáveis todo o período contratual, da licitação à entrega. A empresa líder é responsável pelo acesso ao sistema licitatório e oferta dos lances.

17. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

O presente item estabelece as condições de garantia e responsabilidade da Contratada, que são elevadas em função da natureza do objeto (infraestrutura escolar) e do regime de Contratação Integrada, que exige a assunção de responsabilidade integral pelo resultado final (Turn-Key).

17.1. Garantia Contratual (Garantia de Cumprimento)

A Contratada deverá prestar garantia de cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das modalidades previstas no Art. 96, § 1º.

- Valor: O valor da garantia será de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- Vigência: A garantia deverá vigorar por todo o período de vigência do contrato e será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

17.2. Responsabilidade Técnica e Civil (Garantia de Solidez e Segurança)

A responsabilidade da Contratada pela solidez e segurança da obra transcende o prazo de vigência contratual, conforme o ordenamento jurídico brasileiro:

1. Responsabilidade Legal (Código Civil): A Contratada será responsável pela solidez e segurança da obra pelo prazo irredutível de 5 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo, nos termos do Art. 618 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).
2. Responsabilidade Objetiva (Lei nº 14.133/2021): Conforme o Art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade objetiva da Contratada pela solidez e segurança da obra permanece por, no mínimo, 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo.
3. Responsabilidade Integral (Contratação Integrada): No regime de Contratação Integrada, a Contratada é responsável por todos os vícios e defeitos decorrentes da elaboração dos projetos (básico e executivo) e da execução da obra, incluindo a incompatibilidade entre eles.

17.3. Garantia de Qualidade e Durabilidade (Garantia de Vícios Ocultos)

A Contratada deverá garantir a qualidade e durabilidade de todos os materiais, equipamentos e serviços instalados, comprometendo-se a corrigir, reparar, substituir ou reconstruir, sem ônus para a Contratante, quaisquer vícios, defeitos ou inadequações que se manifestem:

1. Prazo de Garantia Mínimo: O prazo de garantia para vícios e defeitos ocultos será de 1 (um) ano para os serviços e 5 (cinco) anos para a estrutura e componentes de longa vida útil (ex: estrutura metálica, cobertura, piso esportivo), a contar da data do recebimento definitivo.
2. Vícios Redibitórios: O recebimento provisório ou definitivo da obra não exime a Contratada de sua responsabilidade por vícios ou defeitos ocultos que comprometam a utilização da quadra ou reduzam seu valor, nos termos do Art. 441 do Código Civil.

17.4. Garantia Adicional para Obras em Escola

Considerando que a obra será executada em uma instituição de ensino, a Contratada deverá:

1. **Segurança:** Manter a garantia de que a quadra e seus componentes (estrutura, piso, equipamentos) atendem aos mais rigorosos padrões de segurança e normas técnicas aplicáveis a equipamentos esportivos e escolares, minimizando riscos aos usuários (alunos, professores e comunidade).
2. **Manutenção:** Entregar, como parte do escopo As Built, um Plano de Manutenção Preventiva detalhado para a estrutura metálica, cobertura e piso esportivo, garantindo a longevidade do ativo.

17.5. Acionamento da Garantia

A Contratante notificará a Contratada sobre a ocorrência de qualquer vício ou defeito dentro dos prazos de garantia estabelecidos. A Contratada terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para iniciar os reparos e o prazo acordado com a fiscalização para a conclusão, sob pena de acionamento da garantia contratual e aplicação das sanções cabíveis.

18. DA GARANTIA DA PROPOSTA

- 18.1. Em atendimento e estrita observância ao disposto no Art. 58 e seu § 2º da Lei nº 14.133/2021, será exigida dos licitantes, como requisito prévio de habilitação para o certame, a apresentação de Garantia da Proposta (Bid Bond).
- 18.2. O valor da Garantia da Proposta será fixado em 1% (um por cento) do valor global estimado da contratação, conforme limite máximo estabelecido em lei para esta modalidade.
- 18.3. A finalidade desta garantia é assegurar a manutenção da proposta pelo licitante durante o prazo de validade. A validade da Garantia da Proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura do certame, devendo prever a prorrogação automática ou a renovação expressa, caso o processo licitatório ultrapasse este período e a adjudicação e homologação não tenham ocorrido.

18.4. A Garantia da Proposta deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, conforme o Art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

- a)** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ser registrados e custodiados em instituição financeira oficial;
- b)** Seguro-Garantia (emitido por seguradora autorizada a operar no Brasil pela SUSEP, devendo a apólice prever explicitamente a cobertura da garantia da proposta, com o valor e a validade exigidos);
- c)** Fiança bancária (emitida por instituição financeira autorizada a operar no Brasil pelo BACEN, devendo a carta de fiança ser irrevogável e incondicional, conforme modelo anexo ao Edital);
- d)** Títulos de capitalização, desde que devidamente autorizados pela SUSEP.

18.5. A garantia do licitante vencedor será liberada, de ofício, após a assinatura do contrato e a prestação da Garantia Contratual (Garantia de Execução), exigida. As garantias dos demais licitantes não vencedores serão liberadas em até 10 (dez) dias úteis após a contratação ou o cancelamento do procedimento licitatório.

18.6. A garantia será executada, nos termos do Art. 58, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, no caso de o licitante, injustificadamente, incorrer nas seguintes falhas graves:

- a)** Recusar-se a assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, após a convocação;
- b)** Deixar de apresentar a Garantia Contratual (de execução) no prazo estipulado no Edital;
- c)** Apresentar documentação falsa ou cometer fraude fiscal comprovada para fins de habilitação;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo durante a fase de disputa ou negociação.

19. DA GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO

19.1. Período de Garantia

A Contratada deverá garantir a solidez, segurança e perfeito funcionamento da obra, serviços e equipamentos pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a

partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra e Serviços, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

19.2. Abrangência da Garantia

A garantia técnica cobre:

- a)** Defeitos e vícios ocultos ou aparentes de construção, materiais, equipamentos ou instalações que se manifestem durante o período de garantia;
- b)** Solidez e segurança da edificação e sistemas estruturais, conforme legislação e normas técnicas vigentes;
- c)** Responsabilidade pós-contratual por danos e prejuízos causados à Contratante ou terceiros, decorrentes de falhas ou vícios redibitórios, mesmo após o recebimento definitivo.

19.3. Procedimento para Reparos

A Contratante notificará a Contratada sobre qualquer defeito durante a garantia; a Contratada terá até 10 (dez) dias corridos para iniciar e concluir reparos sem custo para a Contratante, prazo que poderá ser reduzido conforme urgência definida pela fiscalização. Caso não execute os reparos, a Contratante poderá contratar terceiros, descontando custos da garantia de execução ou cobrando administrativamente e judicialmente, sem prejuízo de penalidades.

19.4. Responsabilidade Técnica Adicional

A garantia não exime a Contratada de responsabilidades civil e criminal por imperfeições ou falhas, devendo reparar danos conforme legislação vigente. A liberação da Garantia de Execução inicia o prazo da garantia técnica, sem excluí-la ou limitá-la.

Esse item assegura a proteção do patrimônio público, sustentabilidade da obra e cumprimento rigoroso dos padrões técnicos estabelecidos.

20. DA SUSTENTABILIDADE

20.1. Práticas de Sustentabilidade

A Contratada deverá, na execução dos serviços e quando aplicável, adotar práticas de sustentabilidade em conformidade com a legislação e as diretrizes ambientais vigentes. Tais práticas incluem, mas não se limitam a:

- I. Considerar a utilização de materiais que busquem a melhor relação entre custos e benefícios, observando os impactos ambientais associados aos produtos;
- II. Priorizar a aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, em conformidade com as normas e certificações aplicáveis;
- III. Utilizar produtos de limpeza e conservação que atendam às especificações determinadas pelos órgãos reguladores competentes;
- IV. Empregar pilhas e baterias que estejam em conformidade com os limites máximos de substâncias perigosas estabelecidos pela legislação ambiental, mediante comprovação adequada;
- V. Utilizar produtos originários de matéria-prima florestal em conformidade com a legislação ambiental vigente, apresentando a documentação comprobatória requerida;
- VI. Buscar a utilização de luminárias que garantam desempenho energético eficiente, considerando as tecnologias disponíveis no mercado;
- VII. Utilizar na execução do objeto preservativos de madeira em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- VIII. Adotar medidas para o uso racional da água;
- IX. Promover a conscientização de seus empregados sobre a importância da redução do consumo de energia elétrica, água e geração de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

- X. Atender às resoluções dos órgãos ambientais competentes que forem aplicáveis ao tipo de serviço realizado;
- XI. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, quando for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- XII. Buscar a substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, quando viável;
- XIII. Realizar a separação e destinação adequada dos resíduos recicláveis provenientes das atividades executadas, conforme a legislação e o plano de gerenciamento de resíduos.

20.2. Resíduos da Construção Civil

A CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, em conformidade com a legislação aplicável, obedecendo aos procedimentos de classificação e destinação estabelecidos pelos órgãos competentes.

20.2.1. Planos

A CONTRATADA deverá desenvolver e apresentar, em prazo a ser acordado com a fiscalização, planos de gerenciamento de resíduos e de sustentabilidade, em conformidade com a legislação vigente.

20.2.2. Disposição de Resíduos

É vedada a disposição dos resíduos originados da obra em locais não autorizados pela legislação ambiental vigente, garantindo a conformidade com as normas e a preservação do entorno.

20.2.3. Diretrizes Ambientais Adicionais

Na execução do objeto, a CONTRATADA deverá observar os limites de emissões atmosféricas e ruídos estabelecidos pela legislação aplicável. Deverão ser utilizados agregados reciclados sempre que houver oferta, suprimento e custo compatível, conforme as diretrizes legais.

20.2.4. Outras Responsabilidades

A CONTRATADA deverá ainda, em conformidade com a legislação:

- I. Separar e acondicionar adequadamente resíduos perigosos, apresentando comprovantes de entrega a sistemas de logística reversa ou empresas licenciadas;
- II. Realizar o recolhimento e descarte adequado de lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, destinando-as aos fabricantes, importadores ou sistemas de logística reversa;
- III. Observar as diretrizes da legislação pertinente para a gestão de resíduos da construção civil;
- IV. Realizar o gerenciamento de resíduos em conformidade com o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil local e a legislação aplicável;
- V. Providenciar o recolhimento de recipientes de tintas, vernizes, solventes e frascos de aerossol, repassando-os a sistemas de logística reversa autorizados.

20.3. Monitoramento e Sanções

20.3.1. Medição e Fiscalização

A Contratada deverá apresentar, conforme acordado com a fiscalização, informações sobre o desempenho sustentável da execução dos serviços, buscando a conformidade com os requisitos contratuais e legais.

20.3.2. Penalidades

O descumprimento das práticas de sustentabilidade constitui infração contratual. A Contratada será responsável por quaisquer danos ambientais causados, devendo arcar com os custos de reparação e sanções aplicadas pelos órgãos ambientais, além de multas previstas contratualmente e na legislação aplicável.

20.3.3. Inovação e Melhoria contínua

A Contratada é incentivada a propor, durante a execução do contrato, novas tecnologias ou práticas mais sustentáveis que possam reduzir o impacto ambiental e os custos. Tais propostas serão avaliadas pela fiscalização, e as boas práticas implementadas serão consideradas na avaliação de desempenho final do **contrato**.

20.4. Cláusula de Adequação Normativa

Todas as exigências previstas neste Termo de Referência deverão observar a legislação ambiental e de sustentabilidade vigente à época da execução contratual. A Contratada fica obrigada a atender a eventuais alterações ou atualizações normativas publicadas durante a vigência do contrato.

21. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

21.1. Obrigações de Conformidade e Normas Técnicas

Ao firmar o Contrato de Contratação Integrada, a CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as exigências e regulamentos de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho (SST) e Proteção ao Meio Ambiente vigentes no país, no Estado do Paraná e no Município de Ponta Grossa.

A execução dos serviços deve obedecer a todas as normas técnicas vigentes e exigíveis, editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras normas regulamentadas por Órgãos Oficiais, notadamente as do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Conselhos de entidades de classe (CONFEA, CREA, CAU etc.), e as exigências do Corpo de Bombeiros Militares do Paraná (CBM/PR).

21.2. Condição para Início da Execução da Obra

A emissão da Ordem de Serviço (OS) para o início da Fase 2 (Execução Global da Obra) está condicionada à Aprovação formal da Fiscalização do Contrato para o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho (PSST), conforme exigido no item 3.2 do Termo de Referência.

21.3. Documentação e Programas de SST

O PSST da CONTRATADA deverá ser elaborado em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e demais NRs aplicáveis, e deverá contemplar, no mínimo, os seguintes programas e documentos, que deverão ser mantidos no canteiro de obras e apresentados à Fiscalização antes do início das atividades:

PROCEDIMENTOS	DOCUMENTOS	PRAZOS
1. Documentos funcionais dos empregados	Comprovação da regularidade da documentação funcional dos empregados.	Conforme legislação.
2. Ordens de Serviço	Manter disponível cópia das OS.	Conforme legislação.
3. Programa de Treinamento e Reciclagem em SST	Manter disponível o Programa de Treinamento e Reciclagem em SST e comprovantes de treinamento.	Conforme legislação.
4. Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	Comprovação da conformidade com a NR 4.	Conforme legislação.
5. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA)	Comprovação da conformidade com a NR 05.	Conforme legislação.
6. Equipamento de Proteção Individual - EPI	Comprovação do fornecimento e uso de EPI.	Conforme legislação.
7. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	Cópia do PCMSO.	Conforme legislação.
8. Relatório Analítico do PCMSO	Relatório Analítico do PCMSO.	Conforme legislação.

PROCEDIMENTOS	DOCUMENTOS	PRAZOS
9. Atestados de Saúde Ocupacional - ASO	Atestados de Saúde Ocupacional (ASO).	Conforme legislação.
10. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	Cópia do PGR.	Conforme legislação.
11. Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR do canteiro de obras	Documentos do PGR específicos para canteiro de obras.	Conforme legislação.
12. Laudos de Insalubridade/Periculosidade e LTCAT	Laudos de Insalubridade/Periculosidade e LTCAT.	Conforme legislação.
13. Capacitações dos trabalhadores da indústria da construção	Comprovantes de treinamento em segurança do trabalho.	Conforme legislação.
14. Treinamento de integração	Comprovantes de treinamento de integração.	Conforme legislação.
15. Certificado de comprovação de realização de treinamentos obrigatórios	Comprovantes de treinamentos específicos.	Conforme legislação.
16. Trabalhos com máquinas e equipamentos	Comprovação da conformidade com a NR 12.	Conforme legislação.
17. Trabalho com produtos químicos	Comprovação da gestão de produtos químicos.	Conforme legislação.
18. Entrega dos uniformes e crachás de identificação com foto	Comprovação da entrega de uniformes e crachás.	Conforme legislação.

21.4. A CONTRATADA deverá cumprir as determinações da NR-24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho) em relação ao ambiente de trabalho de seus(suas) trabalhadores(as), viabilizando o cumprimento das condições sanitárias, de alimentação e de conforto, dentre outras que se fizerem necessárias, mediante apresentação de Estudo Preliminar do ambiente de trabalho.

- 21.5.** A empresa CONTRATADA é responsável pela prevenção e combate a incêndios, o que inclui providenciar e custear os extintores, a sinalização de segurança, a desobstrução de equipamentos e o isolamento da área de trabalho.
- 21.6.** Durante a prestação dos serviços a empresa CONTRATADA deverá comunicar ao(à) gestor(a)/fiscal do contrato e aos gestores todo e qualquer incidente ou acidente ocorrido no trabalho, comprovando os procedimentos obrigatórios realizados. A empresa terceirizada deve garantir a avaliação médica do(a) acidentado(a), investigação do acidente e estabelecimento de medidas corretivas e preventivas, emitindo CAT no prazo legal, com cópia ao(à) gestor/fiscal do Contrato em até 1 dia útil após emissão da CAT.
- 21.7.** A CONTRATADA deve manter atualizada a documentação relativa aos colaboradores que estão desenvolvendo atividades no estabelecimento, inclusive dos funcionários das subcontratadas. Toda alteração no quadro de colaboradores deve ser comunicada ao fiscal do contrato.
- 21.8.** A Fiscalização do contrato pode paralisar qualquer serviço no qual se evidencie riscos graves e iminentes, ameaçando a segurança ou saúde das pessoas, o meio ambiente e a integridade das instalações. As suspensões dos serviços, motivadas por condições inseguras e, conseqüentemente, não observância às normas, instruções e regulamentos aqui citados, não exime a CONTRATADA das obrigações e penalidades das cláusulas do contrato, referentes a prazos e multas.
- 21.9.** Toda a documentação de responsabilidade da CONTRATADA deve ser controlada por ela, de forma a garantir a utilização de procedimentos atualizados.
- 21.10.** A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso às suas instalações para a realização de Inspeções de SST promovidas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, ocasião em que serão verificados o atendimento aos requisitos legais de SST. As não conformidades

identificadas serão reportadas pela Fiscalização à CONTRATADA para que sejam sanadas em prazo adequado.

21.11. Recomendações gerais de segurança do trabalho:

A Contratada deverá cumprir integralmente a legislação de segurança e saúde no trabalho vigente, adotando as medidas necessárias para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

21.12. Conformidade Legal Adicional:

As situações e atividades não expressamente detalhadas neste Termo de Referência deverão obedecer à legislação brasileira pertinente e às normas aplicáveis.

21.13. Prazos:

Os prazos relacionados à segurança do trabalho deverão ser observados conforme estabelecido na legislação vigente.

21.14. Apuração de Responsabilidade:

O descumprimento da legislação vigente e das obrigações contratuais relativas à segurança do trabalho ensejará a apuração de responsabilidade e a aplicação das penalidades cabíveis.

22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/2021)

22.1. Requisitos de apresentação das propostas e comprovação digital

O procedimento licitatório será realizado por meio eletrônico. Os arquivos deverão estar em formato digital e devidamente assinados eletronicamente (padrão ICP-Brasil), garantindo a autenticidade, integridade e veracidade dos documentos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A Proposta Técnica deverá contemplar obrigatoriamente a metodologia de execução e o plano para a realização do Levantamento Topográfico inicial.

22.2. Prazo e Local de Apresentação

Os interessados deverão apresentar toda a documentação exigida (habilitação, Proposta Comercial e Proposta Técnica) exclusivamente por meio da plataforma digital oficial do Governo Federal (gov.br), observando o dia e horário limites dispostos no Edital de Concorrência.

A Proposta Técnica deve ser anexada na plataforma e deverá demonstrar a viabilidade de execução do objeto, incluindo o Levantamento Topográfico dentro do prazo fatal de 170 (cento e setenta) dias e respeitando a Matriz de Riscos do projeto.

O não cumprimento do prazo estabelecido, o envio por meio diverso da plataforma oficial ou a inobservância da forma de envio resultará na desclassificação imediata da proposta.

22.3. Comprovação de Veracidade e Autenticidade Digital

- a)** Assinatura Digital: Todos os documentos que compõem as propostas (Comercial e Técnica) e a documentação de habilitação deverão ser assinados digitalmente pelo representante legal da empresa, utilizando certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) 1.
- b)** Declaração de Veracidade: A licitante deverá apresentar Declaração de Veracidade dos documentos digitais apresentados, assumindo a responsabilidade pela sua autenticidade e pelo teor das informações, sob as penas da lei, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 2.
- c)** Formato: Todos os documentos deverão ser apresentados no formato PDF, com resolução que permita a leitura clara e a verificação da assinatura digital.

22.4. Estrutura e Apresentação da Proposta Comercial

A Proposta Comercial deverá ser apresentada em arquivo único, no formato PDF, contendo:

- a) Carta Proposta: Documento formal que declara o Preço Global final para a execução do objeto.
- b) Planilha de Preços: A Planilha de Preços Referenciais que segue conforme planilha fornecida e segue como parte deste processo, preenchida com os preços unitários e o preço global ofertado, observando o Princípio da Linearidade.

22.5. Estrutura e Apresentação da Proposta Técnica

A Proposta Técnica deverá ser apresentada em arquivo único ou em arquivos separados, no formato PDF, com foco nos três Eixos de Conformidade Técnica Obrigatória (Qualificação da Equipe, Metodologia de Execução e Propostas de Melhoria/Inovação), os quais possuem caráter estritamente ELIMINATÓRIO, sob o critério de 'Passa/Não Passa'.

22.6. Requisitos Obrigatórios de Qualificação da Equipe Técnica (Eliminatório):

A empresa deverá comprovar a qualificação do seu quadro técnico, que deve estar permanente na data de entrega da proposta, da seguinte forma:

- a) Currículos e Diplomas: Para cada membro da equipe técnica-chave deverão ser anexados o currículo profissional detalhado e cópias dos diplomas e certificados de conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação.
- b) Comprovação de Vínculo: Deverá ser comprovado o vínculo profissional do técnico com a empresa, por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Ficha de Registro de Empregado, Contrato Social (se sócio) ou Contrato de Prestação de Serviços (se for o caso), devidamente assinado.

22.7. Requisitos Obrigatórios da Metodologia de Execução:

A empresa deverá detalhar a metodologia apresentada deve detalhar, de forma objetiva para garantir a integração entre a Topografia, a Estrutura Metálica e o

Projeto Elétrico, assegurando que o cronograma de 170 (cento e setenta) dias contemple a instalação e os testes de carga do sistema de iluminação.

22.8. Propostas de Melhoria/Inovação

A empresa deverá apresentar propostas de melhoria e inovação que agreguem valor ao projeto, com foco em sustentabilidade e eficiência, conforme o Termo de Referência:

- a)** Memorial Descritivo de Inovação: As inovações propostas — tais como soluções de sustentabilidade (reuso de águas pluviais, pavimentação permeável), sistemas de drenagem avançados integrados ao Levantamento Topográfico, ou eficiência energética na iluminação LED e ventilação natural da cobertura — devem ser descritas em um memorial específico. Este documento deve detalhar os benefícios técnicos, ambientais e econômicos para a Administração, demonstrando como tais melhorias auxiliam na mitigação dos eventos mapeados na Matriz de Riscos, especialmente quanto à manutenção futura e estanqueidade.
- b)** Compromisso de Implementação e Impacto: A empresa deverá declarar formalmente que as inovações propostas serão obrigatoriamente incorporadas ao Projeto Executivo e executadas integralmente na obra. A implementação destas melhorias não poderá implicar em qualquer alteração do valor global pactuado nem em dilação do prazo de 170 (cento e setenta) dias, devendo ser registradas e encaminhados ao e-mail smi@pontagrossa.pr.gov.br.
- c)** Considerando o critério de Maior Desconto, a Administração estabelece que a conformidade técnica é um requisito de admissibilidade e não de pontuação. Tal medida visa garantir que apenas empresas com o know-how tecnológico necessário para participem da disputa econômica, assegurando a entrega de um objeto complexo em prazo exíguo, em estrita observância ao Princípio da Seleção da Proposta mais vantajosa e da Economicidade.

- d) A não apresentação do Memorial Descritivo de Inovação ou a ausência do Compromisso de Implementação formal resultará na **DECLASSIFICAÇÃO IMEDIATA** da licitante, por descumprimento de requisito técnico de admissibilidade estabelecido para a Contratação Integrada.

23. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

23.1. Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

- 23.1.1.** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos aos editais de licitação, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

23.2. Da habilitação técnica

- 23.2.1.** Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 23.2.2.** No caso de Consórcio, todas as empresas devem apresentar o registro no CREA e/ou CAU, considerando os serviços de sua responsabilidade;
- 23.2.3.** Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados neste Termo de Referência, considerando-se as parcelas de maior relevância técnica e financeira e quantitativos mínimos definidos;
- 23.2.4.** A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente;
- 23.2.5.** Os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes do contratante, que possuam habilitação no correspondente conselho profissional;

- 23.2.6.** No caso de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante;
- 23.2.7.** Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou CAT os seguintes dados: nome do CONTRATANTE e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Termo de Referência;
- 23.2.8.** Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada, para fins de capacidade técnico-operacional;
- 23.2.9.** As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico operacional da licitante, consideradas a (s) parcela (s) de maior relevância e valor significativo.

23.3. Disposições Gerais dos ACTs

- Os ACTs deverão estar devidamente registrados ou averbados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do profissional técnico responsável pela execução.
- Serão aceitos ACTs emitidos em nome de consorciadas, desde que o somatório das comprovações atenda aos requisitos mínimos.

24. Capacidade Técnica

A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente, ou que irá disponibilizar para a execução do contrato, os seguintes profissionais, que serão considerados como Equipe Técnica Mínima.

24.1.1. Profissionais Exigidos e Formação

Função	Formação Mínima Exigida	Registro Profissional
Coordenador Técnico Geral	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista	CREA ou CAU
Arquiteto e Urbanista (Projetos)	Arquiteto e Urbanista	CAU
Responsável Técnico por Instalações	Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Mecânico	CREA
Responsável Técnico por Topografia	Eng. Civil, Agrimensor ou Cartógrafo	CREA

25. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/2021).

A execução do contrato de Contratação Integrada para a construção da quadra poliesportiva na Escola Municipal Dr. José Pinto Rosas observará as seguintes diretrizes, garantindo a integração absoluta entre projetos e obra no regime de "chave na mão" (Turn-Key):

25.1. Responsabilidade Integral e Regime de Execução:

A Contratada assume a responsabilidade integral e exclusiva pela elaboração e compatibilização de todos os projetos (Arquitetônico, Estrutural, Fundações, Drenagem, Elétrico e Luminotécnico) e pela execução integral da obra. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de erros, omissões ou imprecisões nos projetos elaborados pela própria Contratada.

25.2. Cronograma Peremptório de 170 (cento e setenta) Dias:

A execução contratual dar-se-á no prazo máximo e improrrogável de 170 (cento e setenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, subdivididos obrigatoriamente nas seguintes etapas:

- **Etapa I (60 dias):** Execução do Levantamento Topográfico planialtimétrico inicial, elaboração e aprovação dos Projetos Básico e Executivo incluindo o Projeto Elétrico e Luminotécnico.
- **Etapa II (100 dias):** Execução física das obras civis, montagem da estrutura metálica treliçada, cobertura, piso esportivo (NBR 15115), drenagem pluvial e instalações elétricas/SPDA.
- **Etapa III (10 dias):** Comissionamento, testes de carga elétrica e estanqueidade, limpeza final e procedimentos de recebimento.

25.3. Qualidade e Rigor Normativo:

A execução deve obedecer rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas, garantindo:

- Utilização de concreto com resistência $f_{ck} \geq 25$ MPa.
- Instalação de refletores LED de 200W conforme projeto luminotécnico aprovado.
- Sistema de drenagem com condutores de 100 mm para garantir a estanqueidade total.
- Cumprimento integral das normas ABNT NBR 5410 (Elétrica) e NBR 5419 (SPDA).

25.4. Gestão de Riscos e Matriz de Responsabilidades:

A execução deverá ser pautada pela Matriz de Riscos (Anexo I), com monitoramento constante dos eventos mapeados, especialmente quanto a imprecisões topográficas e interferências com a rede elétrica existente da escola. A fiscalização poderá determinar a paralisação imediata de serviços em desconformidade, sendo o retrabalho de inteira responsabilidade e custo da Contratada.

26. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto da Contratação Integrada será realizado em 2 (duas) etapas distintas e sequenciais: Recebimento Provisório e Recebimento

Definitivo, conforme o disposto no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nas condições de entrega "Turn-Key" estabelecidas neste Termo de Referência.

26.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O Recebimento Provisório ocorrerá após a conclusão da Fase II – Execução Global e Comissionamento (10 dias) e será formalizado por meio de Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização do Contrato.

26.1.1. Condições para o Recebimento Provisório

A Contratada deverá comprovar o cumprimento integral das seguintes condições para solicitar o Recebimento Provisório:

- a)** Conclusão Física: Atestado de conclusão de 100% (cem por cento) dos serviços de engenharia, instalações complementares, paisagismo, estacionamento e fornecimento/instalação do equipamento esportivo, conforme o Projeto Executivo aprovado e o Memorial Descritivo.
- b)** Comissionamento: A Contratada deverá apresentar relatórios detalhados de testes e comissionamento de todos os sistemas instalados, comprovando a plena funcionalidade e operacionalidade da infraestrutura escolar. Este processo inclui obrigatoriamente a verificação do sistema de drenagem pluvial (calhas e condutores de 100 mm) para garantir a estanqueidade da cobertura metálica conforme o Levantamento Topográfico, a medição dos níveis de iluminância e carga das instalações elétricas, e a entrega do laudo de continuidade e aterramento do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA). Além disso, deve ser comprovada a conformidade técnica do piso esportivo e a fixação segura dos equipamentos esportivos, sendo a aprovação destes documentos, juntamente com o modelo As-Built enviado para o e-mail smi@pontagrossa.pr.gov.br, condição essencial para o recebimento definitivo do objeto dentro do prazo de 170 (cento e setenta) dias.
- c)** Documentação Técnica Preliminar: Contratada deverá realizar a entrega dos seguintes documentos em formato digital, como condição para o encerramento da fase executiva: o As-Built Digital, consistindo na versão final do projeto que reflita todas as alterações realizadas durante a

execução, com base na atualização do Levantamento Topográfico final; os Manuais de Operação e Manutenção, contendo as especificações técnicas da cobertura metálica, do piso esportivo especializado e do sistema de iluminação LED; e a comprovação da realização de treinamento prático para as equipes da Contratante, focado na manutenção preventiva da drenagem pluvial e operação dos quadros elétricos e SPDA.

26.1.2. Prazo e Vistoria

O Recebimento Provisório será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação formal da Contratada e a entrega da documentação preliminar. Durante este período, a Fiscalização realizará a vistoria para verificar a conformidade dos serviços com as especificações contratuais.

26.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO

O Recebimento Definitivo ocorrerá após a conclusão da Fase III – Comissionamento e Recebimento (10 dias) e será formalizado por meio de Termo de Recebimento Definitivo, atestando a plena e final aceitação do objeto.

26.2.1. Condições para o Recebimento Definitivo

A Contratada deverá cumprir as seguintes condições, além de sanar eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório:

- a)** Legalização Final: Apresentação das licenças e documentos comprobatórios de legalização da obra, incluindo: Habite-se (Alvará de Utilização) emitido pelo órgão municipal competente. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) definitivo. Certidões Negativas de Débito (CND) relativas à obra.
- b)** Documentação Final "Turn-Key": Entrega da documentação final completa e aprovada: Projeto "As Built" Final: Em formato digital e impresso, devidamente assinado pelo Responsável Técnico. Termos de Garantia: Termos de garantia de todos os materiais, equipamentos e serviços, com prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

26.2.2. Prazo e Responsabilidade

O Recebimento Definitivo será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias após o Recebimento Provisório, ou após a conclusão da Fase III.

- Responsabilidade: A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não exime a Contratada da responsabilidade técnica e civil pela solidez e segurança da obra e dos serviços, nos termos da legislação vigente.
- Garantia: O prazo de garantia contratual se inicia na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

26.3. Rejeição do objeto

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações contratuais, projetos aprovados ou normas técnicas. Em caso de rejeição, a Contratada será notificada para sanar as irregularidades no prazo estabelecido pela Fiscalização, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

27. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘f’ da Lei nº 14.133/2021)

- 27.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 27.2.** Segue em anexo Termo de Gestores e Fiscais conforme legislação aplicável.

28. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 28.1.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o

encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

28.2. O conjunto de atividades da fiscalização compete à equipe de gestão da execução do contrato, auxiliada pela equipe de fiscalização técnica, administrativa e setorial, e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as seguintes disposições:

- I. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam o pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- II. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se os resultados, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado alcançado;
- III. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos quanto à manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- IV. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento do desempenho da Contratada, com foco nos resultados e na aplicação do Instrumento de

Medição de Resultado (IMR), conforme Seção 4.3 do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da PMPG.

- 28.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pela Contratada, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, a qual responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 28.4.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução do objeto contratado, desde que a Contratada não tenha motivado a situação, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.
- 28.5.** As comunicações entre Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, desde que o meio utilizado garanta a comprovação de recebimento e autoria, sendo preferencialmente o e-mail institucional.
- 28.6.** A Contratante poderá convocar o preposto ou qualquer representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas, sempre que necessário.
- 28.7.** Os representantes da Contratante que forem indicados para as equipes de fiscalização e de gestão contratual deverão ter a experiência ou receber capacitação para o acompanhamento e controle da execução dos serviços contratados.
- 28.8.** A verificação da adequação das execuções e dos serviços prestados deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referências e seus Anexos.
- 28.9.** O representante da Contratante deverá promover, tempestivamente, o registro das ocorrências verificadas e observadas na execução do objeto contratado, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 28.10.** A equipe de fiscalização técnica e setorial avaliará constantemente a execução do objeto contratado, para o redimensionamento no

pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- I. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- II. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

28.11. A utilização dos IMRs não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

28.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação ao desempenho e à qualidade exigidos, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores de desempenho dos IMRs, além dos fatores redutores, também poderão ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório e segundo rito processual específico, a ser conduzido por Comissão Processante, conforme Seção 14 do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da PMPG.

28.13. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e seus Anexos, bem como nos demais instrumentos que pautam a contratação e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme determinado pela Lei de Licitações.

28.14. A equipe de fiscalização técnica e setorial da Contratante poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal das execuções, desde que o período escolhido seja suficiente para sua realização e para aferir o desempenho e qualidade dos serviços prestados.

28.15. As reuniões realizadas devem ser documentadas por Ata de Reunião, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome, cargo e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, encaminhamentos e responsáveis.

28.16. As disposições previstas neste tópico, relativas às atividades das equipes de fiscalização e gestão contratual designadas pela CONTRATANTE, não excluem o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes, as quais serão aplicáveis naquilo que for cabível ao objeto da contratação.

28.17. A atividade de fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, bem como de falha ou imprudência e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

28.18. Em termos gerais, constituem atribuições da equipe de Gestão Contratual designada pela Contratante:

- a)** Emitir Ordem(ns) de Serviço (OS);
- b)** Coordenar o processo da execução contratual;
- c)** Acompanhar o processo de fiscalização contratual com vistas ao cumprimento das condições, obrigações e especificações firmadas em contrato;
- d)** Acompanhar e apoiar os profissionais envolvidos nas etapas de análise de projetos por parte da Contratante, monitorando os tempos de resposta à Contratada, visando manter a tempestividade e qualidade esperados.
- e)** Acionar profissionais de outras áreas técnicas da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sempre que necessário, para prestar apoio à equipe de fiscalização quando for necessária para a avaliação técnica de soluções, produtos ou serviços, considerando especificidades dos temas envolvidos, coordenando as atividades dos demais profissionais acionados, cobrando retorno em tempo hábil ao andamento dos trabalhos e etapas a que se referirem os temas objeto de análise. Por exemplo, acionar profissionais do serviço de segurança do trabalho para análise de projeto de combate ao incêndio e pânico ou profissionais do setor de

- tecnologia da informação para apoio na análise de projetos de cabeamento estruturado;
- f)** Acompanhar e verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, bem como notificar formalmente eventuais negativas e perda de condições exigidas para a habilitação original, além de tratar problemas que obstem o fluxo normal de realização, de liquidação e do pagamento da despesa;
 - g)** Enviar documentação pertinente ao departamento responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento de cada medição realizada, redimensionando o valor das medições propostas e acatadas pela equipe de fiscalização contratual por intermédio da aplicação dos Instrumentos de Medição de Resultados (IMRs);
 - h)** Avaliar as medições juntamente com a equipe de fiscalização técnica e setorial, bem como os documentos comprobatórios, além de registrar e indicar fatos impeditivos, bem como inadimplências, falhas, faltas ou imperícias da Contratada quando ocorrerem, tratando seus reflexos;
 - i)** Verificar a conformidade, qualidade e desempenho dos serviços prestados ou fornecimento de produtos contratados;
 - j)** Analisar e decidir sobre questões, apontamentos ou mudanças solicitadas pela Equipe de fiscalização técnica e setorial da contratação;
 - k)** Emitir, quando aprovadas e avaliados os resultados e desempenhos atingidos em cada medição, o(s) respectivo(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo(s) (TRD);
 - l)** Recusar qualquer medição proposta que apresentem desconformidade em relação as especificações deste Termo de Referência e seus Anexos, bem como respectivas Notas Fiscais quando emitidas, procedendo com sua devolução ou glosa, conforme o caso;
 - m)** Atestar notas fiscais, após o parecer e ateste da equipe de fiscalização técnica e setorial, conforme Seção 7 do Manual de Gestão de Contratos da PMPG;
 - n)** Informar ao departamento responsável, caso haja necessidade de mediação de conflitos em relação à execução da contratação;

- o)** Notificar formalmente a Contratada sempre que necessário para garantir a conformidade das execuções, de condutas, de resultado, qualidade e desempenho esperados pela Administração;
- p)** Propor e participar de reuniões e conduzir o processo de execução do objeto contratado;
- q)** Avaliar demandas de alteração contratual e emitir parecer a respeito;
- r)** Indicar, avaliar e instruir eventuais sanções à Contratada, quando for o caso;
- s)** Emitir, quando aprovadas e avaliados os resultados e desempenhos atingidos na última medição, de entrega final do objeto contratado, o respectivo Termo de Recebimento Definitivo (TRD).
- t)** Promover a gestão de riscos do contrato, identificando, analisando, avaliando, priorizando, tratando e monitorando riscos capazes de afetar os objetivos contratuais, conforme Seção 11 do Manual de Gestão de Contratos da PMPG.
- u)** Encaminhar o pedido de prorrogação de vigência com 90 (noventa) dias de antecedência do vencimento, acompanhado de pesquisa de mercado e avaliação dos resultados que comprovem a vantagem econômica da contratação, conforme Seção 13 do Manual de Gestão de Contratos da PMPG.

28.19. Em termos gerais, constituem atribuições da equipe de Fiscalização Contratual designada pela Contratante:

- a)** Acompanhar a execução de cada Ordem de Serviço emitida;
- b)** Fiscalizar e monitorar a execução contratual, orientar e exigir o cumprimento das condições, prazos, vigência, obrigações e especificações firmados em contrato, de modo a assegurar os resultados esperados pela Administração;
- c)** Verificar a conformidade e qualidade dos serviços prestados ou fornecimento de produtos contratados;
- d)** Monitorar execução dos serviços contratados e exigir o cumprimento do cronograma físico-financeiro pactuado;

- e) Comunicar e apontar, formalmente, à equipe de gestão contratual e à Contratada eventuais falhas, atrasos, ocorrências, imperícias, incidentes ou fatos relevantes relacionados ao cumprimento do objeto contratado, aos prazos estabelecidos ou que possam vir inviabilizá-los, exigir a resolução e superação das situações apontadas, bem como indicar a necessidade de avaliação quanto a aplicação de penalidades ou sanções, quando for o caso;
- f) Subsidiar a equipe de Gestão contratual com informações sobre os serviços prestados e cumprimento das condições, obrigações e especificações firmadas em contrato, bem como notificar desconformidades que sobrevierem;
- g) Informar à equipe de gestão contratual designada pela Contratante, quando necessário, possíveis riscos que possam inviabilizar ou dificultar a execução do objeto contratado;
- h) Notificar tempestiva e formalmente a equipe de gestão contratual sobre quaisquer ocorrências, inexecuções, desconformidades, irregularidades, falhas ou incidentes observados na execução do objeto contratado, que possam prejudicar os resultados esperados, que possam atrasar entregas em datas aprazadas ou concorrer para a perda do desempenho esperado;
- i) Participar e sugerir reuniões sempre que necessário, realizar discussões acerca de levantamentos iniciais, do As-Built situacional, de prospecções e análise das condições do imóvel, de sua estrutura e instalações, bem como das demandas a considerar na elaboração dos projetos, considerando as diretrizes e padrões de qualidade e resultado esperados para cada área técnica específica de atuação;
- j) Prestar, sempre que necessário, auxílio à Contratada, no que diz respeito ao fornecimento de informações ou documentos técnicos pré-existentes de modo a auxiliar na elaboração de projetos, proposição de soluções ou execução da obra de reforma;
- k) Elaborar parecer técnico sobre as medições demandadas e emitir os respectivos Relatórios de Recebimento de Provisório (RRP);

- l)** Emitir, tempestivamente, parecer técnico sobre produtos, projetos e medições propostos pela Contratada, respeitando os prazos para devolução das avaliações;
- m)** Recusar qualquer serviço prestado, produto ou equipamento fornecido, bem com medição proposta que apresentem desconformidade em relação as especificações deste Termo de Referência e seus Anexos;
- n)** Atestar Nota(s) Fiscal(is) em conjunto com a equipe de gestão contratual designada pela Contratante;
- o)** Emitir, quando aprovadas e avaliados os resultados atingidos na última medição, de entrega final do objeto contratado, o respectivo Termo de Recebimento Provisório (TRP).

28.20. Em termos gerais, constituem atribuições da equipe de Fiscalização Administrativa designada pela Contratante:

- a)** Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhar empenhos, pagamentos, garantias prestadas e a formalização de eventuais alterações contratuais, bem com a aplicação de sanções, acaso ocorram, bem como solicitar quaisquer documentações pertinentes, se necessário;
- b)** Atuar em eventuais apontamentos e indicações de descumprimento de obrigações, condições e especificações contratadas, inclusive no que concerne ao cumprimento de prazos e de vigência, auxiliando a equipe de gestão contratual no tratamento das questões;
- c)** Solicitar, por amostragem, aos empregados da Contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
- d)** Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

- e) Somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas expressamente aceitas pela empresa subcontratada e em acordo expresse às condições estabelecidas neste TR;
- f) Apoiar diretamente a equipe de gestão contratual na realização de suas atribuições;

28.21. Atribuições Detalhadas do Gestor do Contrato (Conforme Manual):

- a) Coordenar e acompanhar a execução do contrato, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais.
- b) Promover a gestão de riscos, conforme item 17.18, 't'.
- c) Acompanhar os prazos de vigência e prorrogação, conforme item 17.18, 'u'.
- d) Atestar a Nota Fiscal e encaminhar para pagamento, após o ateste da fiscalização.
- e) Propor e avaliar alterações contratuais (acréscimos, supressões, reequilíbrio).
- f) Propor a aplicação de sanções em caso de descumprimento.
- g) Manter o processo administrativo atualizado e organizado.

28.22. Atribuições Detalhadas do Fiscal Técnico (Conforme Manual):

- a) Acompanhar a execução técnica do objeto (qualidade, quantidade, tempo e modo).
- b) Realizar medições e emitir o Relatório de Recebimento Provisório (RRP).
- c) Exigir o cumprimento das especificações técnicas e normas aplicáveis (ABNT, CREA, CAU, etc.).
- d) Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato.

28.23. Atribuições Detalhadas do Fiscal Administrativo (Conforme Manual):

- a) Acompanhar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.
- b) Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada.
- c) Acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de alterações contratuais.

- d) Solicitar, por amostragem, extratos de FGTS e Previdência dos empregados da Contratada.
- e) Oficiar órgãos de fiscalização em caso de indício de irregularidade.

28.24. Atribuições Detalhadas do Fiscal Setorial (Conforme Manual):

- a) Acompanhar o desempenho da Contratada, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- b) Avaliar a qualidade e o resultado dos serviços prestados em relação aos indicadores de desempenho.
- c) Propor ajustes na execução com base nos resultados do IMR.

Subsidiar o Gestor com informações sobre o desempenho e a qualidade do serviço para fins de pagamento e aplicação de sanções

29. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial do contrato, a má execução dos serviços, o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos, prazos ou a prática de atos ilícitos sujeitarão a Contratada às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 (Capítulo IX, Art. 155 e seguintes) 1 e no Decreto Municipal nº 1.990/2008 de Ponta Grossa 2, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

29.1.1. Tipos de Sanções

As sanções serão aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, e incluem:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação;
- d) impedimento de contratar com o Prefeitura Municipal de Ponta Grossa;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

f) descredenciamento do sistema de registro cadastral

Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

29.1.2. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

29.1.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TCEPR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

29.1.4. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

29.1.5. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

29.1.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

29.1.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

29.1.8. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

29.1.9. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

29.1.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

29.1.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

29.1.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

29.2. Multas Aplicáveis (Conforme Decreto Municipal nº 1.990/2008)

As multas serão calculadas sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplente, conforme o caso, e poderão ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

ITEM	CONDUTOS	LEVE	MODERADO			GRAVE	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	Não apresentar a garantia contratual no prazo estipulado	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
2	Não apresentar as apólices de seguros complementares de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil no prazo estipulado	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ

3	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
4	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ
5	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
6	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1º VEZ				
7	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
8	O desatendimento de determinações regulares da equipe de fiscalização	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
9	Não responder a contatos e/ou solicitações da equipe de fiscalização no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir do envio de comunicação/solicitação.	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
10	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1º VEZ
11	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1º VEZ
12	Abandonar a execução do contrato						1º VEZ
13	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1 VEZ
14	Quando não concluir duas ou mais Etapas de Implantação no prazo previsto	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
15	Quando o preposto ou responsável técnico não se	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ

	apresentar em reunião pré-agendada						
16	Quando deixar de substituir prestador de serviço que se portar ou realizar condutas de modo inconveniente ou que não atendam às necessidades contratuais	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
17	Quando for evidenciado que o prestador de serviço da CONTRATADA realizou atividade de quebra na segurança das informações do CONTRATANTE						
18	Quando o prestador de serviço da CONTRATADA deixar de utilizar crachá de identificação ou não estiver trajando roupas/equipamentos adequados à prestação do serviço, dentro das instalações do CONTRATANTE	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
19	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
20	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
21	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
22	Descumprimento das diretrizes definidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços.	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
23	Manipular, por quaisquer meios ou estratégias, indicadores de níveis mínimos de serviço e/ou relatórios de serviço e/ou bases de dados das ferramentas de		1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ

	gerenciamento de serviços e monitoramento do ambiente tecnológico de modo a alterar e/ou interferir indevidamente nos resultados dos serviços prestados e/ou nas avaliações de qualidade e/ou nos níveis de serviço.						
24	Quando houver desistência da CONTRATADA após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual.					1º VEZ	2º VEZ
25	Não possuir no seu quadro funcional, na data de início da vigência contratual, os profissionais habilitados para a perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, contendo no mínimo engenheiro civil ou arquiteto, engenheiro mecânico e engenheiro eletricista.	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
26	Realizar subcontratação fora do escopo definido neste Termo de Referência e/ou sem aprovação da equipe de fiscalização	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ
	Não apresentar os termos de garantia da solução e de seus componentes.	1º VEZ	2º VEZ	3º VEZ	4º VEZ	5º VEZ	6º VEZ

29.3. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

29.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

29.5. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

29.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o

percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao TCE-PR rescindir unilateralmente o contrato.

29.7. Moratória

29.7.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

29.7.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

29.7.3. Moratória de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Ordem de Serviço (OS), superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

29.7.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Ordem de Serviço (OS), poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato

29.7.5. Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

29.7.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

29.7.7. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

30. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea 'g' da Lei nº 14.133/2021)

30.1. Do acompanhamento da contratação

30.1.1. A execução do Contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhadas e avaliadas por empregados ou servidores públicos, formalmente designados pela autoridade competente da Contratante, para o exercício dos encargos de fiscalização e de gestão contratual.

30.1.2. O modelo de gestão adotado pela Contratante será o de Gestão e Fiscalização Múltipla, exercido por servidores designados (Gestor e Fiscal), conforme detalhado no Tópico 29.

30.2. Conformidade e Qualidade

30.2.1. O modelo de gestão visa, primordialmente, verificar a conformidade da prestação dos serviços com os projetos executivos aprovados, com os memoriais descritivos e com as normas técnicas pertinentes (ABNT e Corpo de Bombeiros), assegurando a qualidade final do objeto contratado.

30.3. Instrumentos de Controle

30.3.1. A gestão será exercida por meio dos seguintes instrumentos, que deverão ser formalmente adotados pela Contratada e pela Fiscalização:

- Atas de Reunião Formais: Documentação de decisões, encaminhamentos e responsabilidades.
- Relatório do Gestor: Emissão a cada medição, contendo Curva Previsto x Realizado, histórico de ocorrências e Relatório Fotográfico.
- ARTs/RRTs: Comprovação da responsabilidade técnica sobre cada peça de projeto e execução da obra.

30.4. Formalização da Medição

30.4.1. A demanda de medição será formalizada pela Contratada à Contratante por intermédio da expedição formal de Boletins de Medição (BM), acompanhados dos documentos comprobatórios da conclusão da etapa.

30.5. Cronograma de Pagamento por Etapa

30.5.1. O cronograma físico-financeiro detalhado deverá ser apresentado pela Contratada e aprovado formalmente pela Contratante antes do início dos serviços. Os pagamentos serão processados por etapas concluídas, condicionados à aprovação técnica da Fiscalização.

30.5.2. Para a liberação das medições, a Contratada deverá comprovar a evolução física e entregar a documentação técnica exigida — incluindo o Levantamento Topográfico na etapa inicial e os modelos nas etapas de projeto e execução. Todos os relatórios, acompanhados de evidências fotográficas, deverão ser encaminhados ao e-mail smi@pontagrossa.pr.gov.br dentro do prazo global estabelecido.

30.6. A avaliação da execução do objeto utilizará os relatórios parâmetros de fiscalização, conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a)** não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- b)** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

30.7. A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

30.8. O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

30.9. O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

30.10. A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

31. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/2021

As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2026 e constam de movimento constante no processo SEI nº 007142/2026. 32.1.

31.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

32. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

32.1. A contratação está prevista no Plano de Contratações - exercício 2026 – Demanda nº 1351.

33. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

33.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

33.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

33.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

33.1.3. Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a)** certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b)** certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c)** certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d)** certidão de Regularidade do FGTS;
- e)** certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

33.1.4. Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

33.1.5. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- 33.1.6.** Paralisar por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que se esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 33.1.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 33.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 33.1.9.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 33.1.10.** Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 33.1.11.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.
- 33.1.12.** É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.
- 33.1.13.** Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, como prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar manual do usuário e termo de garantia do objeto.
- 33.1.14.** Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis

nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

- 33.1.15.** Toda a mão de obra necessária para a logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, ficarão sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA.
- 33.1.16.** Indicar preposto para representa-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.
- 33.1.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 33.1.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto contratual e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 33.1.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam das especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 33.1.20.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 33.1.21.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

33.1.22. Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

33.1.23. Os bens que demandarem de uma logística no seu deslocamento, cujos custos de entrega (frete) até o local determinado pelo Contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

34. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

34.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

34.2. Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

34.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com o contrato a ser firmado.

34.4. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

34.5. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.

34.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

34.7. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- 34.8.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 34.9.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 34.10.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 34.11.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando o prazo para resposta da empresa e a sua ação corretiva.
- 34.12.** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.
- 34.13.** Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 34.14.** Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações
- 34.15.** Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

- 34.16.** A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.
- 34.17.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.
- 34.18.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 34.19.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.
- 34.20.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 34.21.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 34.22.** Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte.
- 34.23.** Que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte.
- 34.24.** Que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente.
- 34.25.** Que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.
- 34.26.** O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.
- 34.27.** A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que

cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

34.28. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

34.29. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

34.30. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

35. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

35.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo

Ponta Grossa, PR 23 de fevereiro de 2026.

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Secretario de Infraestrutura

ANEXO I – MATRIZ DE RISCO

1. CAPUT DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO

1.1. Premissas Gerais – Contratação Integrada (Lei 14.133/2021)

1. Na contratação integrada, a **Contratada assume os riscos de projeto (básico e executivo), compatibilização, métodos executivos, interfaces e desempenho da solução**, devendo contemplá-los no preço.
2. A **análise/validação** pela Administração (fiscalização) **não transfere responsabilidade técnica** nem reduz a obrigação de resultado da Contratada.
3. **Riscos ordinários** da execução (produtividade, logística, suprimentos usuais, segurança, qualidade, mão de obra, equipamentos) **não ensejam reequilíbrio** e, em regra, **não ensejam prorrogação** por falhas próprias.
4. **Força maior/caso fortuito**: pode ensejar **prorrogação de prazo**, e **reequilíbrio** somente quando **houver impacto extraordinário comprovado** e **não absorvível** como risco ordinário da Contratada, conforme critérios do contrato.

5. Sempre que houver evento de risco materializado, exige-se: **registro formal, nexos causal, prova documental mínima e medidas de mitigação** adotadas.
6. Esta matriz deve ser lida em conjunto com o edital/contrato; em caso de conflito, prevalece o instrumento convocatório e a legislação aplicável.

2. MEMÓRIA TÉCNICA DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Esta Memória Técnica tem por objetivo fundamentar técnica e juridicamente a Matriz de Alocação de Riscos elaborada para a contratação integrada da obra de construção de quadra escolar, demonstrando:

- A lógica adotada na identificação e classificação dos riscos;
- Os critérios utilizados para alocação entre Administração e Contratada;
- A coerência da matriz com o regime de contratação integrada, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- A proporcionalidade das exigências em relação ao objeto.

2.1. Metodologia de Identificação e Classificação dos Riscos

2.1.1. Os riscos foram identificados a partir de:

- análise do objeto (quadra escolar);
- características do local de implantação;
- histórico de obras públicas similares;
- exigências legais e normativas aplicáveis;
- particularidades do regime de contratação integrada.

2.1.2. A classificação adotada contempla os seguintes grupos:

- riscos sociais, sanitários e trabalhista;
- riscos econômicos externos ou macroeconômico;
- riscos ambientais e de licenciamento;
- riscos legais e normativos;
- riscos geológicos;

- riscos de construção, logística, suprimentos, performance e gestão;
- riscos de projeto, compatibilização e desempenho;
- riscos operacionais, comunitários e de segurança;
- riscos de suprimentos, materiais e equipamentos;

2.1.3. Critérios de Alocação dos Riscos

2.1.3.1. A alocação observou os seguintes critérios objetivos:

- Capacidade de controle do risco;
- Capacidade de mitigação;
- Natureza segurável do risco;
- Vínculo com projeto, método executivo ou desempenho;
- Origem do evento (ordinário ou extraordinário).

2.1.3.2. Diretrizes aplicadas:

- riscos relacionados a **projeto, compatibilização, execução, qualidade, segurança e desempenho** → Contratada;
- riscos relacionados a **atos da Administração ou alterações normativas supervenientes** → Administração, quanto aos efeitos contratuais;
- riscos de **força maior ou caso fortuito** → tratamento específico, com análise de impacto e comprovação.

2.1.4. Justificativas por Bloco Técnico

2.1.4.1. Riscos Sociais, Sanitários, Comunitários e Trabalhistas

Os riscos sociais, sanitários, comunitários e trabalhistas foram tratados como eventos potencialmente alheios à vontade das partes, com impacto predominante no prazo de execução.

Os custos ordinários associados a esses riscos permanecem sob responsabilidade da **Contratada**, evitando a transferência indevida de riscos comuns e previsíveis à **Administração**. Eventuais efeitos contratuais excepcionais foram condicionados à comprovação objetiva do nexo causal e à caracterização de fatos extraordinário

2.1.4.2. Riscos Econômicos Externos ou Macroeconômico

Os riscos econômicos externos ou macroeconômicos, tais como choques extraordinários de mercado, foram tratados como exceção, exigindo comprovação objetiva e documental do impacto direto sobre o contrato.

2.1.4.3. Riscos Ambientais e de Licenciamento

No regime de contratação integrada, a condução do licenciamento ambiental, a elaboração dos estudos necessários e o cumprimento das condicionantes ambientais foram atribuídos à **Contratada**, ressalvadas apenas exigências ambientais supervenientes, imprevisíveis e não contempladas nas premissas editalícias.

Os riscos relacionados ao licenciamento ambiental foram consolidados em um único item da matriz de riscos, abrangendo a elaboração dos estudos, a condução do processo, o atendimento às condicionantes e as exigências supervenientes.

Essa consolidação evita sobreposição de riscos, assegura objetividade, padronização e clareza na aplicação da matriz, e está alinhada ao núcleo do regime de contratação integrada, no qual a responsabilidade pelo licenciamento ambiental é atribuída à **Contratada**.

2.1.4.4. Riscos Legais e Normativos

Os riscos decorrentes de alterações legais e normativas supervenientes, de cumprimento obrigatório, foram classificados como riscos extraordinários.

Adotou-se a repartição objetiva entre a responsabilidade da **Contratada** pela implementação técnica das adequações exigidas e a responsabilidade da **Administração** quanto aos efeitos contratuais, quando caracterizada onerosidade excessiva, nos termos da legislação aplicável.

2.1.4.5. Riscos Geológicos

Adotou-se o entendimento de que, na contratação integrada, a investigação do solo integra o dever de diligência da **Contratada**.

Somente condições geológicas realmente excepcionais, imprevisíveis e não detectáveis por investigações compatíveis com o objeto foram tratadas como exceção à alocação ordinária do risco.

2.1.4.6. Riscos de Projeto, Compatibilização e Desempenho

O Os riscos decorrentes de erros, omissões, incompatibilidades de projeto e não atingimento de requisitos de desempenho foram alocados à **Contratada**, em consonância com o núcleo do regime de contratação integrada, que transfere ao particular a responsabilidade pela solução técnica adotada.

A utilização de ferramentas de coordenação e compatibilização, como instrumento de apoio à mitigação desses riscos, sem transferência de responsabilidade à **Administração**.

2.1.4.7. Riscos de Construção, Logística, Execução, Qualidade, Segurança e Suprimentos

Os riscos inerentes à execução da obra, à logística, aos suprimentos ordinários, à qualidade dos serviços, à segurança do trabalho, à gestão do canteiro e à proteção de terceiros foram alocados à **Contratada**, por se tratarem de riscos previsíveis, controláveis e, em grande parte, seguráveis.

Essa alocação está alinhada à boa prática de gestão contratual e ao entendimento consolidado dos órgãos de controle quanto à transferência de riscos operacionais ao particular na contratação integrada.

Itens Condicionais ao Edital

A memória técnica identificou riscos cuja aplicação depende de definição expressa no edital ou no anteprojeto, tais como:

- licenças e autorizações que condicionam a ordem de início;

- escopo efetivo de sistemas e equipamentos;
- inclusão de equipamentos esportivos fixos;
- restrições operacionais do entorno escolar;
- exigência e cobertura mínima de seguros.

3. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Social (sanitário e trabalhista)	Surgimento de epidemias, pandemias ou novas variantes de doenças infectocontagiosas que impactem a força de trabalho e as atividades presenciais no canteiro de obras.	Aumento do absenteísmo, restrições sanitárias, paralisação total ou parcial dos serviços presenciais, impacto no cronograma e aumento de custos operacionais.	Previsão contratual de tratamento como evento de força maior, com possibilidade de suspensão temporária dos serviços por ato da Administração e prorrogação do prazo contratual, mediante comprovação do impacto. Custos ordinários permanecem a cargo da Contratada , admitindo-se reequilíbrio econômico-financeiro apenas em caso de custos extraordinários comprovadamente decorrentes de determinações administrativas ou legais supervenientes.	Risco compartilhado entre Administração e Contratada , com efeitos contratuais limitados à prorrogação de prazo e, excepcionalmente, ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.	Administração: assume o risco de prorrogação de prazo e suspensão unilateral; Contratada: assume o risco de remuneração (custos fixos) durante a paralisação, mitigado pela remuneração do risco no preço.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Econômico (externo ou macroeconômico)	Ocorrência de eventos externos extraordinários, como guerras ou conflitos armados internos ou internacionais, que impactem de forma relevante a cadeia de suprimentos de materiais e equipamentos.	Escassez de matérias-primas e insumos, elevação extraordinária e imprevisível dos preços de materiais e equipamentos, com impacto no cronograma e nos custos da obra.	Tratamento como evento de força maior, com possibilidade de prorrogação de prazo contratual. O reequilíbrio econômico-financeiro somente será admitido mediante comprovação objetiva de elevação extraordinária de custos diretamente relacionada ao evento. A gestão ordinária de fornecedores e alternativas de suprimento permanece sob responsabilidade da Contratada .	Risco compartilhado entre Administração e Contratada , com efeitos contratuais limitados à prorrogação de prazo e, quando cabível, ao reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente	Administração: assume o risco de prorrogação de prazo e reequilíbrio econômico-financeiro (se comprovada a elevação extraordinária de custos); Contratada: assume o risco de gestão de fornecedores e a remuneração do risco no preço.
Ambiental / Licenciamento	Demora, indeferimento, desconformidade ou imposição de	Atraso no início ou no andamento do cronograma, paralisação total	Compete à Contratada , no regime de contratação integrada, a elaboração de todos os estudos	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , sem prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio	Regra: sem prorrogação de prazo, sem reequilíbrio econômico-financeiro,

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	condicionantes no processo de licenciamento ambiental da obra, incluindo falhas na elaboração, instrução ou condução dos estudos ambientais, bem como exigências adicionais impostas pelos órgãos ambientais, no âmbito da contratação integrada.	ou parcial dos serviços, necessidade de adequações de projeto, execução de serviços adicionais, aplicação de multas ou penalidades administrativas, embargo da obra, suspensão ou indeferimento de licenças ambientais, com eventual impacto no prazo e nos custos.	ambientais exigidos, a instrução e condução integral do processo de licenciamento ambiental, bem como o atendimento tempestivo e integral às exigências e condicionantes impostas pelos órgãos competentes. A Contratada deverá elaborar e implementar as soluções técnicas necessárias ao atendimento das exigências ambientais, adotando alternativas de engenharia que minimizem impactos técnicos, financeiros e de prazo. A fiscalização poderá determinar a paralisação dos serviços em caso de não conformidade com as	econômico-financeiro. Exceção apenas para exigências ambientais supervenientes, imprevisíveis e comprovadas, que poderão ensejar prorrogação de prazo e, excepcionalmente, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O inadimplemento sujeita a Contratada às penalidades contratuais cabíveis.	passível de rescisão unilateral. Exceção: fatos alheios ao controle das partes, imprevisíveis e comprovados, poderão ensejar prorrogação de prazo e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			exigências ambientais ou com as licenças obtidas.		
Ambiental (climático)	Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios, granizo ou outros eventos climáticos que impactem a execução da obra.	Necessidade de refazimento de serviços, alteração do cronograma, danos a serviços e materiais, prejuízos às instalações provisórias e dificuldades de acesso ao canteiro.	Planejamento da licitação e da ordem de serviço considerando períodos climáticos mais favoráveis. A Contratada deverá adotar medidas preventivas de proteção das frentes de obra, planejamento adequado das atividades e contratação de seguro de risco de engenharia.	Eventos climáticos ordinários e previsíveis são de responsabilidade da Contratada , não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro. Eventos climáticos extraordinários, devidamente comprovados e fora da média histórica, ensejam prorrogação de prazo, sem direito a reequilíbrio, salvo disposição legal em contrário.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro. Exceção: eventos climáticos extraordinários e fora da média histórica, comprovados, ensejam prorrogação de prazo, sem reequilíbrio, salvo disposição legal em contrário.
Ambiental	Imposição de novas condicionantes ou exigências ambientais por órgãos	Necessidade de adequações de projeto, execução de serviços adicionais,	Compete à Contratada , no regime de contratação integrada, elaborar e implementar, de forma técnica e tempestiva, as soluções necessárias ao	As adaptações técnicas e os riscos ordinários decorrentes de exigências ambientais integram a responsabilidade da Contratada , não ensejando prorrogação de	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	licenciadores após a licitação, não previstas no anteprojeto, nas premissas editalícias ou nos estudos ambientais originalmente apresentados, no âmbito da contratação integrada.	impacto no cronograma, aumento de custos e eventual paralisação temporária dos serviços até a adequação às exigências ambientais.	atendimento das exigências ambientais supervenientes, promovendo os ajustes de projeto e de execução cabíveis. A Administração deverá assegurar clareza das premissas ambientais no edital e poderá prestar apoio institucional no diálogo com os órgãos ambientais, sem assumir a condução do licenciamento. Ferramentas de coordenação e compatibilização de projetos, quando previstas no edital, poderão ser utilizadas como instrumento de apoio à gestão das adequações necessárias.	prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Exigências ambientais supervenientes, imprevisíveis e comprovadamente alheias às premissas editalícias e ao controle das partes poderão ensejar prorrogação de prazo e, de forma excepcional, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	Exceção: exigências ambientais supervenientes, imprevisíveis e comprovadamente alheias às premissas editalícias e ao controle das partes poderão ensejar prorrogação de prazo e, excepcionalmente, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Legal	Atraso ou não obtenção de licenças, alvarás e autorizações administrativas não ambientais necessárias à execução da obra.	Atraso no início ou no andamento da obra, modificação do prazo contratual, embargo dos serviços e impacto nos custos de execução.	Planejamento prévio para solicitação tempestiva das licenças e autorizações aplicáveis. A parte responsável deverá instruir adequadamente os pedidos e atender às exigências dos órgãos competentes dentro dos prazos estabelecidos.	Risco compartilhado entre Administração e Contratada: Atrasos decorrentes de falha ou omissão da Contratada são de sua exclusiva responsabilidade, sujeitando-a às penalidades contratuais. Atrasos imputáveis à Administração ou a terceiros ensejam prorrogação de prazo e, quando cabível, indenização dos custos comprovadamente incorridos, nos termos da legislação vigente.	Contratada: sem prorrogação de prazo, sem reequilíbrio, com aplicação de penalidades. Administração ou a terceiros: prorrogação de prazo e, quando cabível, indenização de custos comprovados, nos termos legais.
Legal	Alterações relevantes na legislação ou nas normas técnicas aplicáveis à obra,	Necessidade de revisão de projetos, inclusão de novos serviços ou	Previsão contratual específica para o tratamento de alterações normativas supervenientes. A Contratada deverá	Risco compartilhado entre Administração e Contratada: Alterações normativas supervenientes, de	Administração: Alterações normativas supervenientes obrigatórias ensejam prorrogação de prazo e

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	ocorridas durante a execução contratual.	sistemas, impacto nos custos e prorrogação de prazo em razão de reaprovações ou novos licenciamentos.	acompanhar a legislação e as normas técnicas aplicáveis e propor soluções técnicas que atendam às novas exigências.	cumprimento obrigatório, que impactem o contrato ensejam prorrogação de prazo e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente. Permanecem sob responsabilidade da Contratada as adaptações decorrentes de falhas próprias ou de não observância da legislação vigente à época da contratação.	eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Contratada: falhas ou descumprimento de normas vigentes à época da contratação não ensejam prorrogação de prazo nem reequilíbrio.
Construção	Variações nos custos de transporte e logística de materiais decorrentes da escolha de	Alteração dos custos de execução relacionados a fretes, transporte de materiais e	Planejamento logístico prévio pela Contratada , incluindo levantamento de fornecedores, definição de rotas e locais de destinação de resíduos, observadas as exigências legais aplicáveis.	Risco ordinário de responsabilidade da Contratada , não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	fornecedores, distâncias de transporte e condições operacionais da obra.	destinação de resíduos.			
Construção	Detecção de nível de lençol freático diverso daquele indicado nas investigações geotécnicas disponibilizadas para a contratação.	Necessidade de adequação do método executivo de escavações, fundações ou rebaixamento do lençol freático, com impacto nos custos e no prazo de execução.	Realização de sondagens e investigações geotécnicas compatíveis com o porte da obra, bem como adoção de métodos construtivos adequados às condições encontradas.	Variações previsíveis e compatíveis com as investigações geotécnicas são de responsabilidade da Contratada . Condições geotécnicas excepcionais, não indicadas ou não previsíveis, ensejam prorrogação de prazo e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Construção	Ocorrência de falhas de planejamento, gestão, execução ou organização da obra, imputáveis à Contratada , que impactem o prazo ou os custos da execução.	Atraso no cronograma e aumento dos custos de execução.	Seleção de Contratada com capacidade técnica e econômico-financeira compatível com o objeto; fiscalização contratual atuante; exigência de garantias contratuais; planejamento adequado da execução pela Contratada e contratação de seguro de risco de engenharia.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Construção	Utilização de equipamentos inadequados, insuficientes ou métodos construtivos incompatíveis com as especificações técnicas do projeto.	Ocorrência de retrabalhos, não atendimento aos padrões de qualidade exigidos, atraso no cronograma e aumento dos custos de execução.	Exigência de requisitos de habilitação técnica compatíveis com o objeto; verificação, pela fiscalização, da adequação dos equipamentos e métodos empregados; aplicação de penalidades contratuais em caso de	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			descumprimento das especificações.		
Construção	Ocorrência de roubos, furtos ou atos de vandalismo envolvendo materiais, equipamentos ou instalações do canteiro de obras.	Aumento dos custos de execução, atrasos na reposição de materiais e equipamentos e danos às instalações provisórias.	Adoção de medidas de segurança no canteiro de obras, incluindo controle de acesso e vigilância, bem como contratação de seguro de risco de engenharia.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Geológico	Existência de formações rochosas ou condições geológicas com características geomecânicas distintas daquelas inicialmente	Necessidade de alteração do método de escavação ou desmonte, ajustes nas soluções de fundação, com impacto no prazo	Elaboração, pela Contratada , de estudos geotécnicos adequados ao porte do empreendimento, incluindo sondagens e ensaios de campo compatíveis; definição de soluções técnicas condizentes com as	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , considerando que lhe compete a realização dos estudos geotécnicos e a definição das soluções construtivas, nos termos do edital.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	estimadas, identificadas a partir dos estudos geotécnicos elaborados pela própria Contratada .	e nos custos de execução dos serviços.	condições encontradas; planejamento executivo que considere as características do subsolo.		
Geológico	Diferença nos fatores de empolamento ou contração do solo em relação aos valores estimados, em decorrência das características do material efetivamente encontrado.	Alteração do volume de material solto, com impacto na quantidade de transporte, nos custos de bota-fora ou espalhamento e no planejamento da execução.	Elaboração, pela Contratada , de estudos e levantamentos adequados sobre as características do solo; definição de métodos executivos e logística compatíveis; planejamento do transporte considerando variações de empolamento e contração.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , considerando que lhe compete a realização dos estudos de solo e o dimensionamento das soluções executivas e logísticas, nos termos do edital.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Performance	Não atingimento dos níveis mínimos de	Não aprovação do projeto ou dos sistemas	Definição clara dos requisitos de desempenho no anteprojeto ou projeto	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , quanto aos itens e soluções	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	desempenho e funcionalidade estabelecidos no anteprojeto ou no projeto básico, relativamente aos sistemas, instalações e demais elementos sob responsabilidade da Contratada .	executados, necessidade de adequações ou retrabalhos, aumento de custos e atraso na entrega da obra ou dos sistemas em condição operacional.	básico; acompanhamento técnico pela fiscalização; realização de ensaios, testes e verificações de desempenho quando aplicáveis; aplicação de penalidades contratuais em caso de não conformidade.	sob sua atribuição, nos termos do edital.	econômico-financeiro, cabendo rescisão unilateral e aplicação de penalidades.
Construção (Prazo)	Atraso na entrega de materiais, equipamentos ou sistemas essenciais à execução da obra, em decorrência de falhas na gestão da cadeia de suprimentos.	Paralisação ou redução do ritmo das frentes de serviço, comprometimento do prazo global de execução e aplicação de penalidades contratuais.	Planejamento e gestão adequada dos suprimentos pela Contratada , com identificação e antecipação da aquisição de insumos críticos; acompanhamento pela fiscalização do cronograma de fornecimentos.	Risco de responsabilidade da Contratada quanto aos atrasos ordinários na cadeia de suprimentos. Eventos extraordinários e imprevisíveis, caracterizados como força maior, bem como atrasos imputáveis à Administração , ensejam prorrogação de prazo, nos	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Exceção: em casos de comprovação de força maior e atrasos imputáveis a Administração ,

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
				termos da legislação e do contrato. <i>Atrasos decorrentes de gestão ordinária de fornecedores não ensejam reequilíbrio econômico-financeiro.</i>	poderão ensejar prorrogação de prazo.
Construção (Reforma)	Identificação de patologias ocultas ou condições estruturais não aparentes na edificação existente, descobertas durante as atividades de demolição ou intervenção.	Necessidade de execução de serviços não previstos no escopo original, revisão de projetos, aumento de custos e impacto no prazo de execução.	Compete à Contratada , no regime de contratação integrada, realizar inspeções, levantamentos e análises técnicas compatíveis com o objeto, bem como elaborar e implementar as soluções técnicas necessárias ao tratamento das condições identificadas. A Administração deverá disponibilizar as informações e documentos existentes sobre a edificação e avaliar	Os riscos associados à identificação e ao tratamento de patologias ocultas integram a responsabilidade da Contratada , não ensejando prorrogação de prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Condições estruturais absolutamente imprevisíveis, não detectáveis por inspeções técnicas compatíveis com o objeto e comprovadamente alheias às premissas editalícias	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Exceção: em casos considerados absolutamente imprevisíveis, poderão ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			tecnicamente as soluções propostas, nos marcos contratuais definidos.	poderão ensejar prorrogação de prazo e, excepcionalmente, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	
Construção (Qualidade)	Pressão pelo cumprimento de prazos levar à redução da qualidade dos serviços executados ou ao descumprimento de etapas técnicas obrigatórias, como períodos mínimos de cura e assentamento.	Ocorrência de retrabalhos, rejeição de serviços pela fiscalização, comprometimento do desempenho e da garantia contratual.	Implementação, pela Contratada , de Plano de Qualidade da Obra, com controle de processos, checklists e observância das normas técnicas e fichas dos fabricantes; acompanhamento sistemático pela fiscalização , com recusa de serviços executados em desconformidade. O uso de aditivos ou técnicas de aceleração somente será admitido quando	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			tecnicamente justificado e previsto nas especificações.		
Social	Interferências de terceiros, como comunidade escolar, entorno e demais interessados, em razão da relevância social da obra e de sua execução em ambiente educacional ativo.	Dificuldades de acesso ao canteiro, questionamentos ou manifestações que possam impactar o ritmo de execução, gerar atrasos ou desgaste institucional.	Adoção, pela Administração , de ações de comunicação institucional e relacionamento com a comunidade escolar e o entorno; manutenção, pela Contratada , de canteiro adequadamente isolado e sinalizado, com controle de acessos e comunicação operacional clara sobre prazos e impactos.	Risco compartilhado: A Administração assume a responsabilidade pela comunicação institucional e pelo relacionamento com a comunidade escolar e o entorno. Falhas comprovadas na comunicação institucional, que resultem em impactos relevantes e alheios à gestão da Contratada , poderão ensejar prorrogação de prazo e, quando caracterizada onerosidade excessiva, eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	Comunicação institucional (Administração): prorrogação de prazo e eventual reequilíbrio apenas se comprovada falha imputável. Gestão do canteiro (Contratada): sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
				A Contratada assume integralmente os riscos relacionados à gestão operacional do canteiro de obras, incluindo isolamento, sinalização, controle de acessos e organização das frentes de trabalho, não ensejando prorrogação de prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por fatos inerentes à sua atuação.	
Construção (Responsabilidade Civil)	Danos a bens remanescentes, tais como equipamentos, mobiliário existente, áreas não objeto de intervenção e estruturas	Necessidade de reparo ou reposição de bens, aumento de custos, prejuízos à Administração e desgaste na	Levantamento e inventário prévio dos bens existentes; proteção física e isolamento das áreas não intervencionadas; adoção de procedimentos executivos adequados; contratação de seguro de responsabilidade civil.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	adjacentes, ocorridos durante a execução da obra.	relação institucional.			
Construção / Projeto	Incompatibilidades entre disciplinas de projeto e interferências físicas durante a execução, decorrentes de falhas de coordenação e compatibilização das soluções técnicas sob responsabilidade da Contratada .	Ocorrência de retrabalhos, aumento do consumo de materiais e mão de obra, perda de produtividade e atrasos parciais na execução da obra.	Coordenação técnica integrada dos projetos sob responsabilidade da Contratada ; realização de análises de interferência (clash detection) antes da execução; reuniões periódicas de compatibilização; entrega de modelos e documentos nos marcos contratuais previstos.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , considerando que lhe compete o desenvolvimento, a coordenação e a compatibilização dos projetos, nos termos do edital e do regime de contratação, não sendo admitidos pleitos decorrentes de incompatibilidades entre os projetos por ela desenvolvidos.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Construção /	Descontinuidade de linha, atraso de fabricação ou	Necessidade de reespecificação de itens, tempo	Planejamento e gestão de suprimentos pela Contratada , com	Os riscos ordinários de mercado e de gestão da cadeia de suprimentos são	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Suprimentos	indisponibilidade de equipamentos, sistemas e mobiliário especificados.	adicional para análise e aprovação de equivalências, risco de perda de padronização, eventual aumento de custos e impacto no cronograma de entrega e comissionamento.	mapeamento de fornecedores alternativos, definição de prazos realistas, formalização de contratos com fabricantes e apresentação prévia de propostas de equivalência técnica; atuação da Administração na análise das equivalências, observados os critérios de desempenho e conformidade técnica.	de responsabilidade exclusiva da Contratada . Eventos extraordinários e imprevisíveis, caracterizados como força maior, poderão ensejar tratamento específico quanto a prazo, nos termos contratuais e legais.	equilíbrio econômico-financeiro. Exceção: em casos de comprovação de força maior, podem ensejar prorrogação de prazo.
Projeto / BIM	Incompatibilidades, erros ou omissões entre as disciplinas de arquitetura, estrutura, climatização/PMO C, dados, elétrica/LED,	Retrabalhos de projeto e obra, aumento do consumo de materiais e mão de obra, perda de produtividade, atrasos no cronograma,	Elaboração, pela Contratada , de projetos básico e executivo compatibilizados, realização de detecção de interferências (clash detection) antes do início da execução e em marcos definidos; reuniões	Os riscos relacionados à concepção, compatibilização, coordenação e adequação dos projetos, bem como às interfaces técnicas entre disciplinas, são de responsabilidade exclusiva da Contratada , nos termos do regime de contratação	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	hidrossanitário, paisagismo, PPCI, mobiliário e demais sistemas, decorrentes de falhas na concepção, modelagem, coordenação ou compatibilização dos projetos desenvolvidos no âmbito da contratação integrada.	necessidade de revisões de soluções técnicas, impactos no desempenho e no comissionamento dos sistemas.	periódicas de compatibilização; entrega de modelos federados e quantitativos extraídos do modelo; validação dos modelos pela fiscalização nos marcos contratuais, sem transferência de responsabilidade técnica.	integrada, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ainda que os projetos sejam submetidos à análise ou aprovação pela Administração .	
Projeto / Mobiliário	Incompatibilidades, erros ou omissões no projeto de mobiliário e equipamentos fixos da quadra	Impossibilidade de instalação conforme previsto, necessidade de ajustes de layout ou de projeto,	Elaboração, pela Contratada , dos projetos do mobiliário e equipamentos fixos compatibilizados com os demais projetos; verificação prévia de interferências com	Os riscos relacionados ao projeto, especificação e compatibilização do mobiliário e dos equipamentos fixos da quadra escolar são de responsabilidade exclusiva	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	escolar (arquibancadas, bancos, guarda-volumes, mobiliário administrativo de apoio, equipamentos esportivos fixos), em relação aos projetos de arquitetura, estrutura, elétrica, iluminação, acessibilidade e segurança, decorrentes de falhas de concepção ou compatibilização no âmbito da contratação integrada.	prejuízo às condições de uso, segurança ou acessibilidade, substituição de elementos, atrasos pontuais na entrega da obra.	estrutura, iluminação, pontos elétricos e rotas acessíveis; validação dos layouts funcionais com a Administração em marcos contratuais definidos; apresentação de amostras ou memoriais técnicos dos elementos principais, quando aplicável.	da Contratada , nos termos da contratação integrada, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Performance / Sistemas	Não atingimento, pelos sistemas prediais da quadra escolar (iluminação/LED, instalações elétricas, dados quando aplicável, ventilação ou climatização dos ambientes de apoio), dos níveis mínimos de desempenho, conforto, segurança e eficiência definidos no anteprojeto ou Termo de Referência.	Não aceitação dos sistemas pela fiscalização; necessidade de ajustes, regulagens ou substituição de equipamentos; custos adicionais para adequação; atrasos pontuais na conclusão da obra e na obtenção das autorizações necessárias para uso da edificação	Especificação e dimensionamento dos sistemas conforme normas técnicas aplicáveis (ABNT, NRs e demais regulamentos); realização de testes funcionais e verificações de desempenho antes da entrega; atendimento aos requisitos mínimos de iluminância e segurança; elaboração, quando aplicável, de Plano de Operação e Manutenção dos sistemas instalados.	Os riscos relacionados ao desempenho dos sistemas prediais da quadra escolar são de responsabilidade exclusiva da Contratada , nos termos da contratação integrada, respondendo pela adequação técnica da solução adotada, sem direito à prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Performanc e / Mobiliário	Mobiliário e equipamentos fixos da quadra escolar (arquibancadas, bancos, guarda-volumes, mobiliário administrativo de apoio e equipamentos esportivos fixos), fornecidos ou projetados pela Contratada, não atenderem aos requisitos mínimos de ergonomia, funcionalidade, segurança, acessibilidade e durabilidade definidos no	Inconformidade com normas técnicas e requisitos contratuais, desconforto ou risco aos usuários, necessidade de substituição ou ajustes dos elementos, retrabalho, atrasos pontuais na liberação da quadra para uso.	Especificação dos elementos conforme normas técnicas aplicáveis (ABNT, NR-17 quando pertinente, acessibilidade e segurança); apresentação prévia de memoriais técnicos, catálogos ou amostras dos itens principais; inspeção de recebimento com checklist de conformidade funcional e de segurança; garantia contratual dos mobiliários e equipamentos instalados.	Os riscos relacionados ao desempenho, ergonomia, funcionalidade e segurança do mobiliário e dos equipamentos fixos da quadra escolar são de responsabilidade exclusiva da Contratada , que responde pelo projeto, fornecimento e instalação, sem direito à prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	anteprojeto ou Termo de Referência.				
Execução / Obra e Instalações	Falhas na execução das obras e dos serviços necessários à plena funcionalidade da quadra escolar e de seus ambientes de apoio, incluindo instalações incompletas, acabamentos inadequados, execução em desconformidade com os projetos, especificações	Ocorrência de retrabalhos, aumento de custos de execução, atrasos no cronograma, não recebimento provisório ou definitivo da obra e redução da vida útil dos sistemas e elementos construtivos.	Implementação, pela Contratada , de Plano de Qualidade da Obra; utilização de mão de obra qualificada; atendimento rigoroso às normas técnicas, projetos e manuais dos fabricantes; acompanhamento pela fiscalização; realização de testes de campo, verificações funcionais e ajustes finais antes do recebimento da obra.	Os riscos decorrentes de falhas de execução são de responsabilidade exclusiva da Contratada , que responde pela correta execução dos serviços, estando sujeita às penalidades contratuais cabíveis, sem direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por falhas próprias.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	técnicas ou normas aplicáveis.				
Execução / Integração da Entrega	Falhas na integração entre projetos, obras, sistemas e equipamentos fixos da quadra escolar, comprometendo a entrega da edificação em condições plenas de uso, com todos os elementos instalados, testados e operacionais.	Impossibilidade de utilização da quadra na data prevista, atrasos na liberação para uso pela comunidade escolar, necessidade de ajustes tardios, retrabalhos e custos adicionais.	Planejamento integrado das etapas de projeto, execução, fornecimento e instalação de sistemas e equipamentos; cronograma físico-financeiro coerente com a matriz de riscos; reuniões periódicas de coordenação entre frentes de trabalho; execução de testes integrados, verificações funcionais e procedimentos de comissionamento antes da entrega final.	Os riscos relacionados à integração entre obras, sistemas e equipamentos, bem como à entrega da quadra escolar em condições plenas de uso, são de responsabilidade exclusiva da Contratada , nos termos da contratação integrada, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por falhas próprias.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Suprimentos / Materiais e	Atraso, descontinuidade de linha ou	Paralisação ou desaceleração de frentes de	Planejamento e gestão de suprimentos pela Contratada, com	Os riscos ordinários de mercado relacionados à cadeia de suprimentos e à	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Equipamentos	indisponibilidade de materiais e equipamentos necessários à execução e à funcionalidade da quadra escolar, tais como luminárias, equipamentos elétricos, componentes de dados quando aplicável e demais equipamentos de sistemas previstos no anteprojeto.	trabalho, necessidade de reespecificação de itens, eventuais aumentos de custos e atrasos na instalação e entrega dos sistemas.	identificação de itens críticos; formalização de contratos com fornecedores; definição prévia de alternativas técnicas equivalentes, atendidos os requisitos de desempenho; atualização e controle do cronograma de fornecimentos.	disponibilidade de materiais e equipamentos são de responsabilidade exclusiva da Contratada , que deverá contemplá-los em sua proposta, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Eventos extraordinários e imprevisíveis, caracterizados como força maior, poderão ser tratados nos termos contratuais e legais aplicáveis.	equilíbrio econômico-financeiro. Exceção: em casos de comprovação de força maior, podem ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
Legal / Normativo	Alterações relevantes e supervenientes em normas técnicas, regulamentos ou	Necessidade de adequação de projetos, sistemas ou equipamentos,	Previsão contratual específica para tratamento de alterações normativas supervenientes; registro formal da mudança	As alterações normativas supervenientes e imprevisíveis configuram risco extraordinário.	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	exigências legais aplicáveis à quadra escolar (incluindo instalações elétricas, iluminação, acessibilidade, segurança contra incêndio e demais sistemas previstos), ocorridas após a assinatura do contrato e não previsíveis à época da licitação.	revisões de aprovações e licenciamentos, aumento de custos e impacto no prazo de execução.	normativa e de seus impactos; elaboração, pela Contratada , de solução técnica compatível e otimizada para atendimento às novas exigências; análise, pela Administração , dos efeitos sobre prazo e equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.	Compete à Contratada promover a atualização técnica dos projetos e a correta implementação das adequações exigidas. Compete à Administração avaliar e, quando caracterizada a onerosidade excessiva decorrente da alteração normativa, reconhecer a prorrogação de prazo e a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	Exceção: em casos de caracterização de onerosidade excessiva decorrente de alteração normativa, podem ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
Operação / Continuidade e das atividades	Restrições operacionais decorrentes da necessidade de manter a	Redução de produtividade, necessidade de reprogramação de frentes de	Elaboração, pela Contratada , de Plano Executivo de Continuidade Operacional e de Comunicação, com	As restrições operacionais existentes e informadas no edital integram o risco ordinário da execução e são	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	continuidade das atividades educacionais e administrativas no entorno da quadra escolar durante a execução da obra, incluindo limitações de horários, acessos, circulação interna e controle de ruídos.	trabalho, aumento de custos indiretos e atrasos pontuais no cronograma.	setorização de frentes de serviço, definição de janelas para atividades ruidosas, controle de acessos, rotas segregadas e comunicação com a comunidade escolar e a Administração ; ajuste de métodos e turnos de trabalho quando necessário.	de responsabilidade da Contratada . A imposição de novas restrições ou o agravamento relevante das condições operacionais por ato superveniente da Administração poderão ensejar revisão de prazo, nos termos contratuais e legais.	Exceção: em casos de comprovação de força maior, podem ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
Segurança do Trabalho / Canteiro de Obras	Ocorrência de acidentes de trabalho, incluindo quedas de pessoas ou objetos, falhas nos sistemas de proteção coletiva, desmoronamento	Paralisação total ou parcial das atividades, interrupção ou atraso dos serviços, aumento dos custos de execução, danos	Elaboração e implementação, pela Contratada, do Plano de Segurança e Saúde no Trabalho (SST); cumprimento integral das Normas Regulamentadoras aplicáveis (NR-18, NR-35 e demais pertinentes);	Os riscos relacionados à segurança do trabalho, à integridade de terceiros e à preservação de bens durante a execução da obra são de responsabilidade exclusiva da Contratada , por se tratarem de riscos seguráveis e inerentes à gestão do	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro. Sujeito à aplicação de penalidades e responsabilidades civil, trabalhista e administrativa.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	de estruturas, bem como incidentes envolvendo terceiros ou danos a edificações vizinhas, instalações existentes e bens remanescentes durante a execução da obra da quadra escolar.	a bens, responsabilização civil, trabalhista e administrativa, aplicação de multas, embargos, atrasos no cronograma e impactos institucionais.	acompanhamento por profissional legalmente habilitado; implantação de proteções coletivas e uso de EPIs; controle de acesso, isolamento e sinalização do canteiro; realização de treinamentos periódicos; contratação de seguros obrigatórios, incluindo seguro de riscos de engenharia e de responsabilidade civil.	canteiro, não ensejando prorrogação de prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência (Maior desconto) nº XXXXXXXX

Objeto: Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

A empresa (NOME COMPLETO DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO DO CNPJ), sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu (CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL), (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do RG n.º (NÚMERO) e CPF n.º (NÚMERO), para fins de habilitação na Licitação n.º (NÚMERO DO PROCESSO), na modalidade Contratação Integrada, declara e se compromete expressamente:

Nome Completo	Registro Profissional (CREA/CAU)	Cargo/Função
[Nome do Profissional 1]	[Nº do Registro]	Responsável Técnico Principal (Engenheiro/Arquiteto)
[Nome do Profissional 2]	[Nº do Registro]	Responsável Técnico Complementar (se houver)
[Nome do Profissional 2]	[Nº do Registro]	Responsável Técnico Complementar (se houver)

Ponta Grossa, xx de xxx de 2026

Razão social
CNPJ
Responsável técnico
ORGÃO
Documento pessoal

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE VISTORIA/DISPENSA DE VISTORIA

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência (Maior desconto) nº XXXXXXXX

Objeto: Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

A empresa (NOME COMPLETO DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO DO CNPJ), sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu (CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL), (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do RG n.º (NÚMERO) e CPF n.º (NÚMERO), para fins de habilitação na Licitação n.º (NÚMERO DO PROCESSO), na modalidade Contratação Integrada, declara e se compromete expressamente:

() **(OPÇÃO 1: DECLARAÇÃO DE VISTORIA)** Que realizou a vistoria técnica no local de execução do objeto, tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades do local, e que as considerou suficientes para a elaboração de sua proposta e para a execução integral dos serviços.

() **(OPÇÃO 2: DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA)** Que opta pela dispensa da vistoria, assumindo integral responsabilidade por quaisquer custos ou dificuldades decorrentes da ausência de conhecimento in loco das condições e peculiaridades do local de execução do objeto.

Ponta Grossa, xx de xxx de 2026.

Razão social
CNPJ
Responsável técnico
ORGÃO
Documento pessoal

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TERMO DE REFERENCIA

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência (Maior desconto) nº XXXXXXXX

Objeto: Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

A empresa (NOME COMPLETO DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO DO CNPJ), sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu (CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL), (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do RG n.º (NÚMERO) e CPF n.º (NÚMERO), para fins de habilitação na Licitação n.º (NÚMERO DO PROCESSO), na modalidade Contratação Integrada, declara e se compromete expressamente:

1. Tomou pleno conhecimento de todos os itens, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus demais anexos, bem como de todas as circunstâncias que possam influir sobre o custo, o prazo e a execução do objeto.
2. Efetuou a análise técnica minuciosa das especificações, incluindo as diretrizes para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo e a execução da obra no regime de Contratação Integrada (Turn-Key).

3. Recebeu todas as informações necessárias e não possui dúvidas quanto à natureza e extensão das obrigações a serem assumidas, concordando integralmente com as disposições contidas no Edital e seus anexos.
4. Dispõe de plena capacidade técnica e operacional para cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro e os padrões de qualidade exigidos pela Administração Municipal.
5. Assume total responsabilidade por qualquer erro ou omissão em sua proposta decorrente da falta de verificação de informações disponibilizadas no processo licitatório.

Ponta Grossa, xx de xxx de 2026.

Razão social
CNPJ
Responsável técnico
ORGÃO
Documento pessoal

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência (Maior desconto) nº XXXXXXXX

Objeto: Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

A empresa (NOME COMPLETO DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO DO CNPJ), sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu (CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL), (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do RG n.º (NÚMERO) e CPF n.º (NÚMERO), para fins de habilitação na Licitação n.º (NÚMERO DO PROCESSO), na modalidade Contratação Integrada, declara e se compromete expressamente:

1. Que, até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação ou celebração do ajuste, estando a mesma em plena situação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e operacional.
2. Que a instituição/empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não se encontra suspensão do direito de licitar em qualquer esfera federativa.
3. Que se compromete a comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa a ocorrência de qualquer fato que altere as condições de habilitação ou que possa comprometer a execução do objeto contratado, tão logo venha a ocorrer.

Ponta Grossa, xx de xxx de 2026.

Razão social
CNPJ
Responsável técnico
ORGÃO
Documento pessoal

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência (Maior desconto) nº XXXXXXXX

Objeto: Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

A empresa (NOME COMPLETO DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO DO CNPJ), sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu (CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL), (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do RG nº (NÚMERO) e CPF nº (NÚMERO), para fins de habilitação na Licitação nº (NÚMERO DO PROCESSO), na modalidade Contratação Integrada, declara e se compromete expressamente:

[Nome da Empresa/Consórcio], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], por meio de seu representante legal, declara, sob as penas da lei, que a proposta de preços apresentada para a Concorrência nº [Número da Concorrência] foi elaborada de forma independente e que o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame.

Ponta Grossa, xx de xxx de 2026.

Razão social
CNPJ
Responsável técnico
ORGÃO
Documento pessoal

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E CRONOGRAMA (ESTRUTURA)

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência (Maior desconto) nº XXXXXXXX

Objeto: Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

A empresa (NOME COMPLETO DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (NÚMERO DO CNPJ), sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu (CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL), (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do RG n.º (NÚMERO) e CPF n.º (NÚMERO), para fins de habilitação na Licitação n.º (NÚMERO DO PROCESSO), na modalidade Contratação Integrada, declara e se compromete expressamente:

1. Proposta de Preços Global

- Valor Global da Proposta: R\$ [Valor por extenso] ([Valor numérico])
- Prazo de Execução da Proposta: [Prazo em dias]

Ponta Grossa, xx de xxx de 2026.

Razão social
CNPJ
Responsável técnico

ORGÃO
Documento pessoal

ANEXO VIII – MEMORIAL DESCRITIVO

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência (Maior desconto) nº XXXXXXXX

Objeto: Contratação Integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e a entrega da infraestrutura em plenas condições de uso e operacionalidade (Turn-Key).

COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLA MUNICIPAL_DR JOSÉ PINTO ROSAS MEMORIAL DESCRITIVO

1. LOCAÇÃO DE OBRA

1.1. Execução da Locação

- Marcos de Referência: Serão implantadas estacas firmes com identificação permanente dos pontos de referência.
- Marcação dos Eixos: Utilizando equipamentos como trena, teodolito e nível, os eixos principais e secundários da edificação serão transpostos do projeto para o terreno, observando alinhamento, esquadro e cotas verticais.
- Construção dos Gabaritos: Ao redor da área de fundação, serão montados gabaritos de madeira (pontaletes com tábuas niveladas) que servirão de base para marcação precisa das fundações, pilares e demais elementos estruturais.

- Utilização de Linha de Nylon: Para garantir maior precisão nas marcações, será utilizada linha de nylon tensionada entre os gabaritos, permitindo a visualização clara dos alinhamentos e facilitando a conferência das medidas.
- Controle de Nível: A verificação das cotas de implantação será realizada, garantindo que os pontos marcados estejam alinhados com os níveis previstos em projeto.

1.2. Conferência e Controle de Qualidade

As medidas e ângulos definidos em projeto serão conferidos na obra antes do início da execução das fundações.

Será realizado o registro fotográfico das marcações e elaborado relatório técnico das verificações.

2. ESTRUTURA E COBERTURA

A estrutura da quadra poliesportiva será composta por dois sistemas principais: a estrutura principal, responsável pela sustentação da quadra e da cobertura, e a estrutura secundária, destinada à fixação

das chapas metálicas das fachadas. Todo o conjunto será executado conforme projeto estrutural específico e normas técnicas vigentes, garantindo estabilidade, segurança e durabilidade da edificação.

2.1. Estrutura Principal

2.1.1. Fundação

Deverá ser adotada uma solução de fundações compatível com a intensidade das cargas, a capacidade de suporte do solo e a presença do nível d'água. Para subsidiar tais análises, o responsável pela execução deverá providenciar os ensaios geotécnicos necessários.

2.1.1.1 Movimentação de terra

Deverá ser feita a escavação e retirada do volume de terra correspondente as dimensões das estacas e blocos. Na planilha orçamentária foram colocados valores estimados a serem confirmados por profissional habilitado e projeto específico estrutural.

2.1.1.2 Lançamento de concreto

Antes do lançamento do concreto para confecção dos elementos de fundação, as cavas deverão estar limpas, isentas de quaisquer materiais que sejam nocivos ao concreto, tais como madeira, solo carreado por chuvas, etc. Em caso de existência de água nas valas da fundação, deverá haver total esgotamento, não sendo permitida sua concretagem antes dessa providência. O fundo da vala deverá ser recoberto com uma camada de brita de aproximadamente 3 cm e, posteriormente, com uma camada de concreto simples de pelo menos 5 cm. Em nenhuma hipótese os elementos serão concretados usando o solo diretamente como fôrma lateral.

2.1.2 Pilares e Vigas

Os pilares e vigas principais serão executados em estrutura metálica em treliça, fabricados em aço estrutural, com espessura aproximada de 2,65 mm, conforme indicado em projeto.

Os pilares metálicos terão a função de receber as cargas provenientes da cobertura e transmiti-las às fundações. As vigas treliçadas metálicas vencerão os vãos principais da quadra, garantindo rigidez, estabilidade e distribuição adequada das cargas.

Todos os elementos metálicos receberão tratamento anticorrosivo, com limpeza da superfície, aplicação de fundo primer e pintura de acabamento em esmalte sintético, na cor cinza claro, assegurando proteção contra oxidação e maior durabilidade.

A montagem será realizada por equipe especializada, com içamento das peças, posicionamento sobre as bases, fixação conforme detalhamento estrutural e posterior conferência de prumo, nível e alinhamento.

2.1.2. Estrutura da Cobertura e Fixação das Telhas

A cobertura da quadra poliesportiva será sustentada por estrutura metálica principal composta por pilares metálicos e vigas treliçadas, formando o conjunto responsável por vencer os grandes vãos da quadra e garantir área livre para a prática esportiva. Sobre essa estrutura principal será montada a estrutura secundária de apoio das telhas, constituída por terças metálicas.

As vigas treliçadas metálicas terão a função de receber as cargas da cobertura e transmiti-las aos pilares. Essas vigas serão fabricadas em aço estrutural, conforme projeto, com proteção anticorrosiva por meio de limpeza, aplicação de fundo primer e pintura de acabamento em esmalte sintético na cor definida em projeto.

Sobre as vigas treliçadas serão instaladas as terças metálicas, executadas em perfil metálico tipo “Z”, em aço galvanizado, com dimensões aproximadas de 200 x 2,25 mm. As terças servirão de apoio direto para as telhas metálicas, distribuindo as cargas ao longo da estrutura principal.

As terças serão apoiadas e fixadas sobre as vigas e pilares metálicos, preferencialmente por meio de ligações parafusadas, utilizando parafusos estruturais, porcas e arruelas, permitindo ajustes de alinhamento durante a montagem. Quando indicado em projeto, algumas ligações poderão ser executadas por soldagem, devendo receber acabamento adequado e proteção anticorrosiva após a execução.

A cobertura será executada com telhas metálicas trapezoidais em aço galvanizado, próprias para edificações de grande vão. O perfil trapezoidal confere maior rigidez às telhas, permitindo vencer maiores vãos entre as terças e resistir às ações do vento e ao peso próprio. A inclinação da cobertura será de

30%, conforme projeto, assegurando o adequado escoamento das águas pluviais em direção às calhas e ao sistema de drenagem.

As telhas serão fixadas às terças por meio de parafusos autobrochantes dotados de arruelas de vedação em neoprene, garantindo firmeza e estanqueidade. Os pontos de fixação seguirão o espaçamento indicado em projeto e as recomendações do fabricante das telhas.

As sobreposições longitudinais e transversais entre telhas obedecerão às medidas mínimas indicadas pelo fabricante, assegurando vedação adequada e evitando infiltrações. Nos encontros com cumeeiras, bordas e transições, serão utilizados arremates metálicos compatíveis com o sistema de cobertura, garantindo acabamento e estanqueidade.

Após a instalação, será realizada conferência de alinhamento, fixação e vedação de todas as telhas, garantindo desempenho adequado da cobertura.

2.2. Estrutura de Fixação das Chapas

A estrutura de fixação das chapas metálicas tem como finalidade servir de apoio para os fechamentos laterais da quadra, garantindo estabilidade, alinhamento e segurança ao conjunto das fachadas. Essa estrutura será executada de forma integrada à estrutura principal, conforme indicado em projeto estrutural e arquitetônico.

2.2.1. Terças Metálicas

As terças metálicas terão a função de receber e distribuir as cargas das chapas metálicas de fechamento para os pilares e vigas da estrutura principal.

As terças serão executadas em perfil metálico tipo “Z”, em aço galvanizado, com dimensões aproximadas de 200 x 2,25 mm, conforme indicado em projeto. O uso de aço galvanizado garante maior resistência à corrosão e maior durabilidade em ambiente externo ou semiaberto.

As terças serão apoiadas sobre os pilares e vigas metálicas e fixadas, preferencialmente, por meio de ligações parafusadas, utilizando parafusos

estruturais, porcas e arruelas, garantindo resistência, estabilidade e possibilidade de ajustes durante a montagem.

Quando previsto em projeto, algumas ligações poderão ser executadas por soldagem, especialmente em peças fabricadas em oficina, devendo a solda atender às normas técnicas e receber proteção anticorrosiva após a execução.

Após a instalação, será realizada a conferência de alinhamento, nível e espaçamento entre as terças, garantindo base adequada para a fixação dos montantes e das chapas metálicas.

2.2.2. Montantes Metálicos

Os montantes metálicos serão responsáveis por formar a estrutura secundária de apoio direto às chapas metálicas das fachadas.

Os montantes serão executados em perfil metálico tipo “U” enrijecido, com dimensões aproximadas de 10 x 5 cm, fabricados em aço estrutural, com proteção anticorrosiva por galvanização ou por sistema de pintura com fundo primer e acabamento em esmalte sintético.

Os montantes serão fixados diretamente sobre as terças metálicas e, quando necessário, também aos pilares e vigas, preferencialmente por meio de ligações parafusadas, garantindo rigidez, estabilidade e facilidade de ajuste durante a montagem.

Quando indicado em projeto, algumas ligações específicas poderão ser executadas por soldagem, devendo receber acabamento adequado e proteção anticorrosiva posterior.

O espaçamento entre os montantes seguirá rigorosamente o indicado em projeto, sendo conferidos prumo, alinhamento e nível antes da instalação das chapas.

2.2.3. Fixação das Chapas

O fechamento lateral da quadra será composto por dois tipos distintos de chapas metálicas, distribuídos conforme indicado no projeto arquitetônico e estrutural.

As chapas metálicas trapezoidais em aço galvanizado, na cor cinza claro, terão dimensões comerciais aproximadas de 1,00 m x 3,00 m. Em função da composição arquitetônica das fachadas, essas chapas deverão sofrer cortes e ajustes para atender às inclinações, recortes e geometrias previstas em projeto. Essas chapas serão utilizadas como fechamento principal, com função de proteção contra vento e chuva.

As chapas metálicas perfuradas, na cor azul claro, terão dimensões aproximadas de 1,00 m x 2,00 m e serão aplicadas em trechos específicos das fachadas, conforme indicado em projeto, permitindo ventilação natural, passagem de luz e permeabilidade visual, sem comprometer a segurança dos usuários.

Ambos os tipos de chapas serão fixados aos montantes metálicos por meio de parafusos autobrochantes, com arruelas de vedação e sistemas de fixação compatíveis, respeitando os detalhamentos construtivos e as recomendações dos fabricantes.

Entre uma chapa e outra deverá ser mantida folga mínima de 3 mm, destinada à absorção de dilatações térmicas e à redução da transmissão de vibrações, evitando ruídos, deformações e tensões excessivas nos pontos de fixação. Esse espaçamento deverá ser mantido de forma contínua ao longo de toda a extensão do fechamento lateral.

2.3. Verificação de Fixação e Segurança

Após a conclusão da montagem da estrutura principal, da estrutura de fixação e da instalação das chapas metálicas, será realizada verificação geral de todos os elementos estruturais e de fixação.

Serão conferidos o aperto dos parafusos, a estabilidade dos pilares, vigas, terças e montantes, o alinhamento das chapas, a ausência de folgas indevidas e a correta vedação dos pontos de fixação. Nenhum elemento poderá ser considerado finalizado sem estar devidamente fixado, alinhado e seguro.

2.4. Limpeza Final

Após a conclusão de todos os serviços estruturais e de fechamento, será realizada a limpeza final da obra, com remoção de resíduos de solda, parafusos soltos, embalagens, plásticos, poeira e demais materiais provenientes da execução.

As superfícies metálicas e as chapas deverão ser entregues limpas, sem manchas de graxa, respingos de tinta ou sujeiras que prejudiquem o acabamento e a aparência final da quadra.

3. ARQUIBANCADA EXISTENTE

3.1. Caracterização Geral

A arquibancada existente será mantida, porém passará por serviços de reparo, recuperação estrutural e revitalização, em função da presença de trechos quebrados, fissurados e com desgaste superficial. As áreas que receberão intervenção já estão identificadas e demarcadas no projeto arquitetônico, onde constam as indicações de “reparo a ser executado” e “arquibancada existente a ser reparada e pintada”. Todos os serviços deverão seguir rigorosamente essas marcações, respeitando as geometrias originais e garantindo segurança, estabilidade e conforto aos usuários.

3.2. Demolições Pontuais e Preparação das Superfícies

Conforme indicado no projeto, somente os trechos sinalizados para reparo serão objeto de demolição pontual. As partes soltas, quebradas ou com concreto deteriorado, localizadas nas áreas marcadas, serão demolidas manualmente, com cuidado para não comprometer as regiões íntegras. As superfícies remanescentes serão limpas, removendo poeira, fragmentos soltos e resíduos, garantindo base adequada para os serviços de recomposição.

3.3. Recomposição Estrutural

Os trechos demolidos, exatamente aqueles indicados no projeto como áreas de reparo, serão refeitos com concreto estrutural com resistência característica mínima de $f_{ck} \geq 25$ MPa ou com argamassa/graute estrutural, conforme a

espessura e a geometria do trecho a ser recomposto. As espessuras das recomposições seguirão a configuração original da arquibancada e as indicações do projeto estrutural. O material será devidamente adensado e submetido à cura conforme as boas práticas construtivas, garantindo resistência e durabilidade.

3.4. Regularização e Acabamento dos Degraus

Após a recomposição estrutural, será executada a regularização superficial dos degraus da arquibancada, apenas nos trechos indicados em projeto, com argamassa de regularização de espessura média aproximada de 2,0 cm. O acabamento será desempenado e levemente rugoso, com característica antiderrapante. As dimensões dos degraus da arquibancada, como altura do espelho e profundidade do piso, serão rigorosamente as indicadas no projeto arquitetônico.

3.5. Guarda-corpo

Será executado guarda-corpo metálico com altura mínima de 1,10 m, conforme ABNT NBR 14718, posicionado ao lado da escada de acesso à arquibancada, conforme indicado no projeto. O guarda-corpo será composto por tubos metálicos, fixados por meio de chumbadores mecânicos ou químicos, recebendo tratamento anticorrosivo e pintura em esmalte sintético, garantindo segurança aos usuários e durabilidade ao conjunto.

3.6. Pintura e Proteção superficial

Após a regularização e cura dos reparos, as superfícies da arquibancada receberão aplicação de selador acrílico e posterior pintura com tinta acrílica para piso, própria para áreas externas, na cor cinza claro, aplicada em no mínimo duas demãos, respeitando os intervalos de secagem do fabricante. A pintura

será executada em toda a arquibancada, conforme indicado no projeto, inclusive nos trechos recuperados.

3.7. Limpeza Final

Concluídos todos os serviços, será realizada a limpeza final da arquibancada e áreas adjacentes, com remoção de entulhos, restos de argamassa, concreto, poeira e resíduos diversos, varrição e lavagem das superfícies, deixando a arquibancada em perfeitas condições de uso, segurança e apresentação.

4. FECHAMENTO GERAL

4.1. Objetivo

O muro de proteção tem como finalidade atuar como barreira física contra ventos predominantes e como elemento de segurança, evitando que bolas ultrapassem os limites da quadra e atinjam pessoas ou áreas adjacentes. Sua implantação visa garantir maior conforto durante a prática esportiva e segurança aos usuários e transeuntes no entorno da unidade escolar. Na fachada frontal da quadra, além do muro, será executada uma barreira vazada em cobogó de concreto, com função de proteção, ventilação e controle visual, contribuindo para o conforto ambiental e a integração visual com o entorno.

4.2. Geometria e Dimensionamento

O traçado, o comprimento e o posicionamento do muro em relação à quadra poliesportiva serão definidos conforme indicado no projeto executivo. As paredes terão espessura de 20 cm e altura de 5,55 m, dimensões que atendem às necessidades de proteção contra ventos e contenção de bolas. A geometria e a implantação respeitarão as condições do terreno, a localização da quadra e os afastamentos exigidos.

Na fachada frontal, será implantada uma barreira em cobogó de concreto com peças modulares de 50 x 50 cm, cujas dimensões totais, altura, extensão e

modulação final serão indicadas no projeto arquitetônico, devendo ser rigorosamente respeitadas durante a execução.

4.3. Material e Acabamento

O muro será executado em alvenaria de vedação composta por blocos de concreto, assentados com argamassa de cimento, cal e areia, em traço adequado às condições de uso e exposição.

As faces aparentes receberão chapisco, emboço e reboco, garantindo regularização, aderência e acabamento uniforme. Após a cura completa do revestimento, será aplicada pintura acrílica para uso externo, na cor azul claro, com alta resistência às intempéries, radiação solar e variações térmicas. Antes da pintura, a superfície deverá estar limpa, seca, isenta de poeira, eflorescências, manchas de óleo, fungos ou partes soltas. Quando necessário, será aplicado fundo preparador ou selador acrílico, conforme orientação do fabricante, para garantir melhor aderência, uniformidade da cor e durabilidade do acabamento.

A pintura será executada em no mínimo duas demãos cruzadas, respeitando os intervalos de secagem indicados pelo fabricante, assegurando cobertura homogênea e acabamento de qualidade.

A barreira frontal em cobogó será executada com elementos vazados de concreto, com dimensões modulares de 50 x 50 cm, assentados com argamassa de assentamento estrutural à base de cimento, areia média lavada e aditivo plastificante, em traço aproximado 1:4, garantindo boa trabalhabilidade, aderência e resistência mecânica. O assentamento deverá assegurar prumo, alinhamento e espaçamento uniforme entre as peças, conforme projeto arquitetônico.

4.4. Estrutura e Execução

A execução do muro e da barreira em cobogó deverá seguir integralmente o que estiver definido no projeto arquitetônico, quanto à posição, altura, amarrações, apoios, detalhes construtivos e sequência executiva.

4.5. Segurança

O muro e a barreira em cobogó serão executados de forma a não apresentar arestas vivas, elementos cortantes ou partes instáveis que possam oferecer risco aos usuários. Sua altura, espessura e posicionamento deverão garantir a contenção eficaz de bolas e a proteção de pessoas nas áreas externas à quadra, conforme definido em projeto.

4.6. Limpeza Final

Após a conclusão dos serviços de alvenaria, execução do cobogó, revestimento e pintura, será realizada a limpeza final do entorno do muro e das áreas adjacentes à quadra, com remoção de restos de argamassa, respingos de tinta, embalagens, plásticos, poeira e demais resíduos provenientes da obra. As superfícies deverão ser entregues limpas, sem manchas indevidas, em condições adequadas de uso.

4.7. Manutenção

O muro de proteção e a barreira frontal em cobogó serão submetidos a inspeções periódicas para verificação de fissuras, deslocamentos, destacamentos de revestimento, descascamentos de pintura, manchas de umidade ou outros sinais de deterioração. Quando necessário, deverão ser realizados reparos no revestimento, nos elementos vazados e repintura parcial ou total.

5. PINTURA E ACABAMENTOS

5.1. Geometria e Dimensionamento

A demarcação da quadra poliesportiva será executada de acordo com as normas técnicas e regulamentos oficiais das modalidades esportivas previstas para uso escolar, respeitando dimensões, larguras de linhas, raios, áreas específicas e limites de jogo estabelecidos para cada modalidade. As medidas serão definidas em obra com base nos projetos arquitetônico e esportivo e nos parâmetros normativos vigentes, garantindo funcionalidade, legibilidade visual das marcações e correta utilização do espaço.

5.2. Materiais, Cores e Acabamento

A pintura será executada com tinta acrílica à base d'água ou tinta específica para pisos esportivos, de alta resistência à abrasão, ao tráfego intenso e às intempéries, conforme recomendações do fabricante. Serão utilizadas as cores azul, verde, branco e laranja, aplicadas conforme definição do projeto arquitetônico e esportivo, garantindo contraste visual adequado entre piso e demarcações.

A execução obedecerá principalmente às diretrizes da ABNT NBR 15115 – Pavimentos esportivos – e às recomendações técnicas dos fabricantes das tintas, além das normas específicas das modalidades esportivas adotadas.

Antes da aplicação, o piso deverá estar completamente limpo, seco, isento de poeira, graxa, óleo, lama, tinta solta ou qualquer material que prejudique a aderência. Poderão ser executados lavagem com jato d'água, varrição mecânica, lixamento ou tratamento superficial conforme necessidade identificada em obra.

5.3. Execução dos Serviços

Os serviços compreenderão as etapas de preparação da superfície, correção de pequenas imperfeições, aplicação de fundo preparador ou selador quando tecnicamente indicado e posterior pintura das áreas gerais e linhas demarcatórias.

As marcações serão traçadas com base nos parâmetros normativos e no projeto executivo, utilizando trenas, linhas de nylon, níveis, esquadros, gabaritos e fitas de mascaramento para garantir precisão geométrica, alinhamento, paralelismo e esquadreamento.

A tinta será aplicada em demãos sucessivas, em quantidade suficiente para assegurar cobertura uniforme, boa aderência e durabilidade. O intervalo entre demãos seguirá rigorosamente as orientações do fabricante.

5.4. Mão de Obra, Equipamentos e Ferramentas

Os serviços serão executados por equipe qualificada, composta por pintores, ajudantes e encarregado de obra, todos treinados para execução de pintura em pisos esportivos.

Serão utilizados, entre outros, os seguintes equipamentos e ferramentas:

- Rolo de pintura para piso e rolos de acabamento;
- Pincéis para detalhes e recortes;
- Trinchas;
- Fitas de mascaramento;
- Trenas, réguas, esquadros e níveis;
- Linhas de marcação e gabaritos;
- Lixadeiras manuais ou elétricas;
- Vassouras, rodos e lavadoras de alta pressão para limpeza;
- Misturadores mecânicos ou manuais para homogeneização da tinta;
- Equipamentos de proteção individual (EPI), como luvas, botas, óculos de proteção, máscaras e uniformes.

5.5. Segurança e Uso

Durante a execução dos serviços, a quadra deverá permanecer totalmente isolada e sinalizada, impedindo o acesso de usuários até a completa secagem e

cura da pintura. O prazo de cura seguirá rigorosamente as orientações do fabricante da tinta e as normas técnicas aplicáveis. A liberação para uso ocorrerá somente após atingidas as condições adequadas de aderência, resistência e segurança do revestimento.

5.6. Limpeza Final

Após a conclusão da pintura e a completa secagem do revestimento, será realizada a limpeza final da quadra poliesportiva, com remoção de resíduos de tinta, fitas, plásticos, embalagens, poeira e demais detritos provenientes da obra. A superfície deverá ser entregue limpa, uniforme, livre de manchas indevidas e em perfeitas condições de uso.

5.7. Manutenção

A pintura da quadra poliesportiva deverá passar por inspeções periódicas, avaliando desgaste das linhas, perda de cor, descascamentos ou falhas de aderência. Sempre que necessário, serão realizados retoques ou repintura parcial ou total, conforme o nível de deterioração.

6. DRENAGEM

6.1. Geometria e Dimensionamento

O traçado do sistema de drenagem, os diâmetros das tubulações, declividades, alturas, posicionamento dos condutores verticais, canaletas e caixas de inspeção serão definidos conforme indicado no projeto executivo. As inclinações mínimas serão respeitadas para garantir o escoamento adequado das águas pluviais por gravidade, sem acúmulos ou refluxos.

6.2. Material e Acabamento

A captação das águas pluviais será realizada por meio de calhas metálicas instaladas na borda inferior da cobertura, dimensionadas conforme área de

contribuição e intensidade pluviométrica local. As calhas serão confeccionadas em chapa metálica galvanizada ou pintada, com juntas vedadas e inclinação suficiente para condução da água até os pontos de descida.

O sistema de descida será composto por tubos de PVC rígido para águas pluviais, com diâmetro nominal de 100 mm, fixados ao pilar metálico por meio de abraçadeiras metálicas galvanizadas, garantindo estabilidade e alinhamento do condutor vertical.

Na transição entre a calha e o condutor vertical será utilizado ralo tipo abacaxi em PVC de 100 mm, promovendo melhor captação e evitando entrada de resíduos sólidos de maior porte.

As mudanças de direção do sistema serão executadas por meio de joelhos e curvas em PVC rígido de 45° e 90°, também com diâmetro de 100 mm, assegurando continuidade do fluxo e minimização de perdas hidráulicas.

Na base do condutor vertical, a tubulação será conectada a uma canaleta de drenagem moldada in loco em concreto, com dimensões aproximadas de 40 cm de largura por 30 cm de altura, executada em concreto estrutural. A canaleta receberá tampa pré-moldada em concreto, removível, permitindo inspeção e manutenção periódica.

A canaleta conduzirá as águas pluviais até a caixa de inspeção, com dimensões internas aproximadas de 60 x 60 x 60 cm, executada em alvenaria ou concreto moldado in loco, com fundo regularizado, paredes revestidas e tampa adequada, garantindo acesso para limpeza e verificação do sistema.

6.3. Execução dos Serviços

A execução do sistema de drenagem compreenderá as etapas de instalação das calhas na cobertura, fixação dos ralos e condutores verticais, montagem das conexões em PVC, assentamento da canaleta moldada in loco e execução da caixa de inspeção.

As tubulações deverão ser montadas com juntas perfeitamente vedadas, utilizando adesivo próprio para PVC ou sistema de encaixe conforme especificação do fabricante. As calhas deverão ser fixadas com suportes metálicos adequados, garantindo resistência ao vento e ao peso da água.

A canaleta em concreto será moldada in loco, com formas adequadas, concretagem, adensamento e cura conforme boas práticas construtivas. As tampas pré-moldadas serão assentadas após a cura do concreto, garantindo encaixe firme e nivelamento com o piso adjacente.

6.4. Segurança e Funcionamento

O sistema deverá permanecer desobstruído e protegido contra entrada excessiva de folhas, resíduos e detritos. Os elementos aparentes não deverão apresentar arestas cortantes ou partes soltas que possam oferecer risco aos usuários. As tampas das canaletas e da caixa de inspeção deverão estar firmes, evitando acidentes.

6.5. Limpeza Final

Após a conclusão dos serviços de drenagem, será realizada a limpeza final de todo o sistema, com remoção de resíduos de obra, restos de argamassa, concreto, embalagens, poeira e materiais estranhos no interior das calhas, tubulações, canaletas e caixa de inspeção. O sistema será testado com passagem de água para verificação do escoamento adequado, devendo ser entregue limpo, desobstruído e em perfeitas condições de funcionamento.

6.6. Manutenção

O sistema de drenagem deverá passar por inspeções periódicas, com verificação das calhas, ralos, tubulações, canaletas e caixa de inspeção, observando possíveis entupimentos, fissuras, vazamentos ou deslocamentos. Quando necessário, deverão ser realizadas limpezas preventivas e corretivas.

7. MOBILIÁRIO INTERNO

7.1. GOL DE FUTSAL

7.1.1. Dimensões e Especificações técnicas

- Modelo: Gol oficial para futsal, fixo, para quadra esportiva
- Material da estrutura: Tubos metálicos em aço galvanizado
- Tipo de perfil: Tubos de seção circular
- Dimensões internas:
- Largura: 3,00 m
- Altura: 2,00 m
- Dimensões externas aproximadas:
- Profundidade superior: 0,40 m
- Profundidade inferior: 0,80 m
- Espessura mínima dos tubos: Conforme projeto executivo
- Diâmetro/bitola dos tubos principais (postes e travessão): 3"
- Estrutura traseira: Tubos metálicos para sustentação e amarração da rede
- Travessão: Tubo horizontal metálico rigidamente fixado aos postes laterais
- Postes: Tubos verticais com prolongamento para fixação ao piso
- Acabamento: Pintura industrial aplicada sobre aço galvanizado
- Cor: Branco
- Rede: Malha de nylon, malha 7 x 7 cm
- Fixação da rede: Amarrada à estrutura por corda ou presilhas próprias
- Fixação ao piso: Por meio de buchas chumbadas no piso de concreto
- Uso: Prática de futsal em quadra escolar e esportiva

7.1.2. Preparação do Local

Para a instalação do gol de futsal, o piso da quadra deverá estar concluído, nivelado e com as demarcações esportivas executados conforme projeto.

- Verificação do alinhamento com a linha de gol
- Conferência do esquadro em relação às linhas laterais
- Limpeza da área de instalação, removendo poeira, resíduos e umidade

7.1.3. Processo de Fixação

7.1.3.1. Posicionamento do Gol

O gol será posicionado exatamente sobre a linha de fundo da quadra, centralizado em relação à largura do campo. O alinhamento será conferido com trena e esquadro, garantindo posicionamento correto.

7.1.3.2. Sistema de Fixação

O gol será fixado ao piso por meio de buchas chumbadas, conforme indicado em projeto.

A fixação será realizada com parafusos metálicos de alta resistência, garantindo estabilidade contra impactos e esforços durante o uso.

7.1.3.3. Fixação da Rede

A rede será fixada à estrutura do gol por meio de cordas ou presilhas próprias, distribuídas ao longo de toda a estrutura, deverá permanecer bem esticada, sem folgas excessivas que prejudiquem o uso ou a visibilidade.

7.1.4. Finalização

Após a instalação do gol e da rede, será realizada a verificação final de estabilidade, alinhamento e firmeza das fixações.

- Conferência do aperto de todos os parafusos e buchas
- Verificação da tensão e do encaixe da rede
- Limpeza do entorno, removendo resíduos de montagem

O gol deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, alinhado, estável e seguro para a prática esportiva.

7.2. CONJUNTO DE CESTA DE BASQUETE

7.2.1. Dimensões e Especificações Técnicas

- Modelo: Conjunto de cesta de basquete para quadra externa, com braço curvo e pilar inclinado
- Estrutura de sustentação: Tubos metálicos em aço
- Tipo de perfil: Tubos metálicos de seção circular
- Altura do aro ao piso: 3,05 m
- Avanço do braço em relação ao pilar: 1,20 m
- Raio de curvatura do braço: $R = 45 \text{ cm}$
- Base estrutural: Estrutura metálica fixada ao piso por meio de buchas chumbadas
- Distância entre apoios na base: 0,95 m
- Espessura mínima dos tubos principais: Conforme projeto executivo
- Tratamento anticorrosivo: Pintura industrial aplicada a pistola
- Cor da estrutura: Branca

Tabela de basquete:

- Material: Chapa metálica
- Dimensões aproximadas: 1,80 m x 1,20 m
- Moldura: Perfil metálico soldado
- Fixação: Soldada e parafusada à estrutura metálica do braço de sustentação

Aro de basquete:

- Material: Tubo metálico reforçado
- Diâmetro interno: 45 cm
- Acabamento: Pintura na cor laranja
- Fixação: Parafusado à tabela metálica
- Rede da cesta:
- Material: Nylon
- Cor: Branca
- Fixação: Ganchos metálicos próprios do aro

7.2.2. Preparação do Local

Para a instalação da cesta de basquete, o piso da quadra deverá estar concluído, nivelado e com as marcações esportivas executadas conforme projeto.

- Conferência do posicionamento em relação à linha de fundo
- Verificação do esquadro em relação às linhas laterais
- Limpeza da área de instalação, removendo poeira, resíduos e umidade

Quando a estrutura for fixada ao piso, deverá ser respeitado o posicionamento indicado em projeto executivo.

7.2.3. Processo de Fixação

7.2.3.1. Estrutura de Sustentação

- A estrutura metálica será posicionada conforme alinhamento do projeto.
- A fixação ao piso será feita por meio de buchas chumbadas e parafusos estruturais.
- O pilar será fixado diretamente sobre o piso de concreto.
- Após a fixação, será conferido prumo, nível e alinhamento.

7.2.3.2. Fixação da Tabela

- A tabela será fixada ao braço metálico por meio de solda e parafusos de aço.
- Deverá ser garantido perfeito alinhamento vertical e horizontal da tabela.

7.2.3.3. Fixação do Aro

- O aro metálico será fixado na tabela por suporte próprio do conjunto.
- A fixação será feita por parafusos de alta resistência, garantindo absorção dos impactos da bola e do uso contínuo.

7.2.3.4. Fixação da Rede

- A rede será encaixada no aro por meio de ganchos metálicos próprios.
- A rede deverá permanecer bem distribuída e sem torções.

7.2.4. Finalização

Após a instalação completa do conjunto, será realizada verificação geral:

- Conferência do aperto de todos os parafusos e buchas
- Verificação da estabilidade da estrutura

- Conferência do alinhamento da tabela e do aro
- Ajuste da rede

Ao final, será feita a limpeza do entorno, removendo resíduos de montagem, embalagens e sujeiras, deixando o conjunto pronto para uso seguro e adequado.

7.3. CONJUNTO DE VÔLEI (PAR DE POSTES E REDE)

7.3.1. Dimensões e Especificações Técnicas Postes de vôlei:

- Modelo: Par de postes para quadra poliesportiva
- Estrutura: Tubos metálicos em aço estrutural
- Tipo de perfil: Tubo metálico de seção circular
- Altura total do poste: 2,60 m
- Diâmetro externo do tubo: 4" (101,6 mm)
- Espessura mínima do tubo: 3,0 mm
- Altura da rede ao piso:
 - 2,43 m para vôlei masculino
 - 2,24 m para vôlei feminino
 - Altura ajustável para uso escolar
- Sistema de regulação: Catraca metálica com pinos de ajuste
- Tratamento anticorrosivo: Galvanização ou pintura industrial anticorrosiva
- Cor dos postes: Branca
- Sistema de fixação: Buchas chumbadas ao piso de concreto

Rede de vôlei:

- Material: Nylon ou polietileno de alta resistência
- Malha: Quadrada, 10 cm x 10 cm
- Comprimento da rede: 9,50 m
- Altura da rede: 1,00 m
- Faixa superior: Lona ou PVC branco
- Largura da faixa superior: 7 cm
- Cabo superior: Aço revestido em PVC

- Diâmetro do cabo: 5 mm
- Sistema de tensionamento: Catraca metálica
- Cor da rede: Preta
- Cor da faixa superior: Branca

7.3.2. Preparação do Local

Para a instalação do conjunto de vôlei, o piso da quadra deverá estar concluído, nivelado e com as marcações esportivas executadas conforme projeto.

- Conferência do posicionamento dos postes em relação às linhas laterais
- Distância entre postes: 10,00 m (eixo a eixo)
- Verificação do esquadro em relação às linhas de fundo
- Limpeza da área de instalação

7.3.3. Processo de Fixação

7.3.3.1. Fixação dos Postes

- Os postes serão posicionados conforme alinhamento do projeto.
- A fixação será feita por meio de buchas chumbadas ao piso de concreto.
- Profundidade mínima de chumbamento: 15 cm
- Após a fixação, será conferidos prumo e nível.

7.3.3.2. Instalação da Rede

- O cabo superior será passado pelos suportes dos postes.
- A rede será tensionada por meio de catraca metálica.
- Ajuste da altura conforme modalidade.
- A rede deverá permanecer esticada e alinhada.

7.3.4. Finalização

Após a instalação completa:

- Conferência do aperto dos parafusos e buchas
- Verificação da estabilidade dos postes
- Conferência da altura e tensão da rede
- Ajuste final do alinhamento

Ao final, será realizada a limpeza do entorno, removendo resíduos e embalagens, deixando o conjunto pronto para uso seguro e adequado.

8. ILUMINAÇÃO

8.1. Luminárias

Serão utilizadas luminárias do tipo refletores em LED, com potência nominal de 200 W, elevada eficiência luminosa e baixo consumo de energia, conforme especificações do projeto elétrico. Poderão ser adotados modelos equivalentes, desde que atendam aos mesmos parâmetros técnicos de luminância, eficiência energética e desempenho.

As luminárias serão confeccionadas em material metálico, devidamente conectadas ao sistema de aterramento, não sendo admitido, em nenhuma hipótese, o uso de luminárias em madeira ou em outros materiais combustíveis. A fixação será realizada diretamente nas treliças metálicas, respeitando a altura, o alinhamento e a inclinação definidos em projeto, de modo a garantir adequada distribuição luminosa e segurança operacional.

8.2. Caixa de Passagem

As caixas de passagem serão instaladas conforme as normas técnicas da ABNT e de acordo com as indicações do projeto de instalações elétricas. Terão como finalidade permitir a passagem, derivação e acomodação das emendas dos condutores elétricos, assegurando condições adequadas para inspeção, manutenção e segurança do sistema.

Todas as emendas e derivações dos condutores deverão ser executadas exclusivamente no interior das caixas de passagem, utilizando conectores apropriados, de forma a garantir contato elétrico permanente, resistência mecânica e proteção adequada das conexões.

8.3. Verificação e testes de funcionamento

Após a conclusão da instalação, deverá ser realizada a verificação geral do sistema de iluminação, contemplando o teste individual de todas as luminárias, conferência do correto acionamento, estabilidade luminosa e adequação da fixação. Somente serão considerados concluídos os serviços após a constatação de que todas as luminárias estejam em perfeito funcionamento, atendendo às condições previstas em projeto.

8.4. Execução de Serviços

A execução dos serviços de iluminação, compreendendo a instalação das luminárias, das caixas de passagem e a realização dos testes de funcionamento, será realizada por profissionais qualificados e devidamente habilitados, com a utilização de equipamentos, ferramentas e materiais adequados, observando rigorosamente as normas técnicas vigentes, as boas práticas de engenharia e as condições de segurança do trabalho.

9. PROJETO ELÉTRICO

Na planilha orçamentária foram colocados valores estimados a serem confirmados por profissional habilitado e projeto específico a ser aprovado pelo fiscal da obra e do contrato.

10. PROJETO SPDA

Na planilha orçamentária foram colocados valores estimados a serem confirmados por profissional habilitado e projeto específico a ser aprovado pelo fiscal da obra e do contrato.

11. ITENS DIVERSOS

11.11.1. LETREIRO EM ACM

11.1.1. Características do Letreiro

Será executado letreiro com letras individuais em caixa alta, em ACM (Aluminium Composite Material), formando a inscrição “QUADRA POLIESPORTIVA”, conforme indicado no projeto arquitetônico e de comunicação visual.

O conjunto terá dimensões totais de 0,50 m de altura por 6,10 m de comprimento, conforme indicado em projeto.

O material deverá apresentar boa resistência às intempéries, à radiação solar e às variações térmicas, garantindo durabilidade, estabilidade dimensional e qualidade estética ao longo do tempo.

Poderão ser utilizados materiais de especificação equivalente, desde que atendam aos mesmos parâmetros técnicos de resistência, acabamento e desempenho.

11.1.2. Material e Acabamento

As letras serão confeccionadas individualmente em chapas de ACM, com estrutura interna de reforço, acabamento liso, superfície uniforme e cor conforme definido em projeto.

As peças deverão estar isentas de empenamentos, trincas, bolhas ou imperfeições visíveis.

Os recortes, dobras e montagens das letras deverão ser executados com precisão, garantindo alinhamento, nivelamento e estética adequada. As bordas deverão receber acabamento apropriado, evitando rebarbas ou arestas cortantes.

11.1.3. Sistema de Fixação

A fixação das letras em ACM será realizada por meio de pinos metálicos e espaçadores, permitindo o afastamento das letras em relação ao plano da fachada, criando efeito visual de relevo.

Cada letra possuirá estrutura interna adequada para receber os pinos metálicos, garantindo firmeza, estabilidade e correta distribuição dos esforços.

Os pinos e espaçadores deverão ser em material metálico resistente à corrosão, compatíveis com o suporte de fixação.

Os pontos de fixação deverão ser executados com precisão, mantendo o alinhamento, o prumo e o nível do conjunto, sem danificar as peças ou o suporte.

11.1.4. Execução dos Serviços

A execução compreenderá as etapas de conferência das medidas em obra, marcação dos pontos de fixação, perfuração do suporte conforme gabarito das letras, instalação dos pinos metálicos e espaçadores, e posterior encaixe e fixação definitiva das letras.

Os serviços deverão ser executados por equipe especializada em comunicação visual ou montagem de fachadas, utilizando ferramentas adequadas, como furadeiras, níveis, trenas, gabaritos de furação e equipamentos de segurança.

11.1.5. Verificação e Finalização

Após a instalação, deverá ser realizada verificação geral do letreiro, conferindo alinhamento, nivelamento, afastamento uniforme em relação à fachada, firmeza da fixação e integridade do acabamento. Somente serão considerados concluídos os serviços após a constatação de que todas as letras estejam corretamente fixadas, sem folgas, desalinhamentos ou danos visíveis.

Ao final, será realizada a limpeza do letreiro e do entorno, removendo poeira, resíduos de obra e marcas de manuseio, entregando o conjunto em perfeitas condições visuais e funcionais.

12. LIMPEZA FINAL

12.1. Remoção de Resíduos e Entulhos

Coleta de Resíduos: Retirada de todos os resíduos sólidos, como sobras de materiais, embalagens, restos de argamassa, tintas e outros detritos gerados durante a execução da obra.

Destinação Adequada: Os resíduos serão acondicionados em recipientes apropriados e transportados para locais de descarte autorizados, conforme as normas ambientais vigentes.

12.2. Limpeza de Superfícies

Pisos: Varrição e lavagem de todos os pisos, removendo poeira, manchas de tinta, argamassa e outros resíduos aderidos. Em áreas com piso intertravado (paver), será utilizada vassoura de cerdas duras e, se necessário, lavadora de alta pressão, evitando direcionar o jato diretamente nas juntas para não deslocar a areia de selagem.

12.3. Inspeção, Correções e Registro fotográfico

Verificação de Imperfeições: Durante a limpeza, serão identificadas e registradas eventuais imperfeições, como manchas persistentes, riscos ou danos em superfícies, para que sejam corrigidas antes da entrega da obra.

Testes de Funcionamento: Serão realizados testes em todos os equipamentos e instalações, assegurando seu pleno funcionamento.

Registro Fotográfico: Será realizado um registro fotográfico detalhado das condições da quadra após a conclusão da limpeza final. As imagens serão organizadas por áreas e datas, documentando a conformidade dos serviços executados e servindo como evidência visual da qualidade e integridade da obra concluída.

12.4. Equipamentos e Produtos utilizados

Equipamentos: Vassouras de cerdas duras, panos de limpeza, baldes, lavadora de alta pressão (quando necessário), espátulas e outros utensílios adequados.

Produtos de Limpeza: Detergentes neutros, desengordurantes, removedores de manchas específicos para cada tipo de superfície, conforme as recomendações dos fabricantes e as normas de segurança.

12.5. Normas e Recomendações

Todos os procedimentos de limpeza serão realizados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo a segurança dos trabalhadores e a integridade das instalações.

Serão utilizados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, como luvas, óculos de proteção e máscaras, conforme as exigências das atividades desempenhadas.

A limpeza final será realizada de forma a não comprometer os materiais e acabamentos aplicados, preservando a qualidade e a estética da quadra.

Assinado por:
Gustavo Eduardo Braganini do Nascimento
16/04/2026 - 12:34
TDABUSAVQYOWCYEHSWR9W